

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A HORA E A VEZ DO POVO**

Opinião pública e contra-agendamento nos casos do Movimento das Diretas Já e  
dos atentados de 11 de Março, em Madri

**ISABELA D'AVILA VIEIRA**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Vizontini**

**Porto Alegre, julho de 2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A HORA E A VEZ DO POVO

Opinião pública e contra-agendamento nos casos do Movimento das Diretas Já e  
dos atentados de 11 de Março, em Madri

ISABELA D'AVILA VIEIRA

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Ciência  
Política para obtenção do título de  
Mestre

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes  
Vizentini

Porto Alegre, julho de 2009

ISABELA D'AVILA VIEIRA

A HORA E A VEZ DO POVO

Opinião pública e contra-agendamento nos casos do Movimento das Diretas Já e dos atentados de 11 de Março, em Madri

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para obtenção do título de Mestre

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini

---

Prof. Dr. Benedito Tadeu César

---

Profa. Dra. Maria Helena Weber

---

Profa. Dra. Maria Izabel Saraiva Noll

Porto Alegre, julho de 2009

*Ao meu pai, pela coragem de lutar*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acolheu esta pesquisa idealizada por uma jornalista formada pela PUCRS. Ao professor Dr. Paulo Vizentini pelo brilhante apoio na dissertação e por aceitar orientar-me mesmo sendo o tema deste trabalho um pouco além das suas especialidades. Espero que esta parceria renda outros frutos no meu futuro acadêmico. Destaco ainda a qualidade do quadro de professores da pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, em especial o professor Dr. Carlos Schimdt Arturi. Aos professores Celso Schöreder e Antônio Hohlfeldt que plantaram as ideias primordiais para este trabalho ainda na conclusão do curso de Jornalismo na PUCRS, em 2004.

Aos meus editores e colegas jornalistas do clicRBS, que, muito atenciosamente, entenderam a importância do meu mestrado e possibilitaram que eu pudesse organizar os meus horários para assistir adequadamente aos créditos exigidos na pós.

Aos meus amigos Cristina Sandri, Alice Otero, Rafaela Barbosa e Bruno Kober pelos laços que certamente durarão muitas e muitas décadas. Cito ainda a amizade de Simone Rolim de Moura, que me aconselhou em muitos momentos desta dissertação.

À Camila Dresch, por todo apoio e companheirismo fundamental nos mais de dois anos deste mestrado, principalmente nos árduos meses antes da seleção, no final de 2006.

À minha família, que é a base de todos os valores que cultivo pessoal e profissionalmente. Cito em especial a minha irmã Isadora, a minha *boadrasta* Cristina e as minhas tias Ignez, Maria José, Maria do Carmo e Maria Helena, por serem a minha fortaleza.

À minha mãe, Suzana, onde quer que esteja, estás orgulhosa e isso basta.

Para finalizar, agradeço ao meu pai, Jorge, que é o principal motivador por trás deste trabalho e pela minha chegada à Ciência Política. Obrigada por teres me mostrado o caminho e ao mesmo tempo deixando que eu traçasse as minhas próprias veredas. Obrigada por teres destacado desde sempre a importância do conhecimento e do estudo e deixado claro que o

mais importante nessa vida é atuar de forma ética e respeitosa, independente das artimanhas que o mundo certamente nos imporá.

Tu plantaste o que tenho de melhor, pai, e agora estamos colhendo os frutos juntos.

*There are some situations one simply cannot be neutral about, because when you are neutral you are an accomplice. Objectivity doesn't mean treating all sides equally. It means giving each side a hearing.*

**Christiane Amanpour, jornalista**

## **RESUMO**

Este trabalho analisa dois eventos bastante distintos (o Movimento das Diretas Já, no Brasil, em 1984, e a mobilização popular após o atentado de 11 de Março, na Espanha, em 2004) sob o ponto de vista das hipóteses de agendamento e espiral do silêncio. O objetivo é mostrar que, em casos muito especiais, é possível que o público legitime determinada reivindicação, reorganizando a esfera pública e forçando que tal reivindicação seja incorporada pelas agendas da mídia e do governo, em um processo que chamaremos de contra-agendamento. Para tanto, foram analisadas edições dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora, no caso brasileiro, e El Pais e El Mundo, no caso espanhol.

### **Palavras-chave:**

Agendamento – espiral do silêncio – esfera pública – diretas já – atentado de 11 de março



## **ABSTRACT**

This paper examines two very different events (the campaign for direct elections, in Brazil, in 1984, and the manifestations after March 11<sup>th</sup> bombings in Madrid, in 2004) from agenda-setting and spiral of silence points of view. The aim is to show that, under special occasions, it is possible that the public legitimates a certain demand, which is forced to be incorporated in the media and government agendas, in a process called social-setting. To do so, were analyzed issues from newspapers Folha de São Paulo, Zero Hora, El Pais and El Mundo.

### **Keywords:**

Agenda-setting – social-setting – spiral of silence – public sphere

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 AGENDA E SILÊNCIO.....	14
1.1 A mídia e o poder .....	14
1.2 Estudos de Jornalismo.....	20
1.2.1 Hipótese do agendamento.....	20
1.2.2 Possibilidades de contra-agendamento.....	24
1.2.3 Espiral do silêncio.....	26
1.2.4 Gatekeeper.....	28
2 DIRETAS JÁ.....	30
2.1 O movimento.....	30
2.2 Folha de São Paulo.....	35
2.3 Zero Hora.....	47
3 O 11 DE MARÇO.....	54
3.1 Atentado em Madri.....	54
3.2 As bombas.....	56
3.3 As reações do governo.....	59
3.4 El Pais.....	60
3.5 El Mundo.....	67
3.6 Resultados e julgamentos .....	71
4 ANÁLISE.....	73
4.1 Diferenças .....	73
4.2 O caso espanhol.....	74
4.3 O caso brasileiro.....	79
4.3.1 A Rede Globo.....	81
4.5 Contra-agendamento.....	83
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

## INTRODUÇÃO

É comum nos estudos que combinam Ciência Política e Jornalismo (como nas análises sobre os processos eleitorais, por exemplo) perceber a força e a influência da mídia, manipulada pelas elites econômicas e políticas, sobre a opinião pública, em geral, e sobre o sujeito/eleitor, em especial. Por outro lado, são raríssimos os estudos que identificam momentos em que a opinião pública traçou caminho inverso; ou seja, foi capaz de se desvencilhar dos desmandos das elites dirigentes para impor ou legitimar determinada visão, mudando, inclusive, os rumos das altas decisões políticas. Na realidade, muitos estudiosos descartam que algo do tipo possa de fato ocorrer. Só mais recentemente os estudos na área da Comunicação Social passaram a incorporar trabalhos que buscam investigar se o público receptor tem poder suficiente para impor sua própria agenda.

Dessa forma, o objetivo primordial desta dissertação de mestrado é destacar e analisar dois eventos em que a opinião pública parece ter imposto sua agenda sobre a agenda governamental, em um processo que chamaremos de contra-agendamento. O primeiro evento é o movimento das Diretas Já, entre janeiro e abril de 1984, no Brasil. O segundo caso envolve as mobilizações populares após os atentados de 11 de março de 2004 na Espanha e a relação destas com as eleições gerais do país, em 14 de março daquele mesmo ano. Embora bastante distintos e em períodos históricos muito diferentes, a análise desses dois eventos mostra que talvez seja possível que a opinião pública tome uma postura independente e de confrontação com as elites políticas e acabe, de certa forma, fazendo com que o governo mude de postura e até mesmo incorpore e legitime as reivindicações populares.

O movimento pelas eleições diretas no Brasil na primeira metade dos anos 1980 talvez seja a mobilização popular de maior força e alcance já visto no país. Contando com o apoio das principais lideranças da esquerda brasileira, de alguns defensores do regime militar e de importantes veículos de comunicação, como o jornal Folha de São Paulo, o sonho das diretas arrastou milhões de brasileiros em imensos comícios por todo o país entre janeiro e abril de 1984. Alguns dos comícios, como os observados em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, levaram mais de um milhão de pessoas às ruas em cada evento. São números extraordinários para um país marcado pelo imobilismo de suas massas. Essas manifestações canalizaram os anseios de uma população que vivia as agruras da hiperinflação e de uma economia cada vez mais frágil e deficitária, além dos inúmeros problemas sociais que

atormentavam a vida de todos e que começavam a pôr em xeque a legitimidade do regime militar. A reivindicação pelas eleições diretas só foi ouvida, contudo, quando a multidão de brasileiros tomou as ruas, tornando-se verdadeiro protagonista de um momento importante da história brasileira. As principais lideranças da campanha não são políticos nem artistas, mas a multidão anônima. Não importa aqui que a Emenda Dante de Oliveira tenha sido derrotada no Congresso, adiando o sonho das diretas já em 1984 ou 1985 para o pleito que ocorrerá apenas em 1989 (marcando, assim, quase 30 anos sem eleições diretas para presidente no Brasil; ou seja, toda uma geração). O importante para esta dissertação é o clima de mobilização popular que a campanha impõe na vida pública do país e as transformações e as influências que esta mobilização gera na tomada de decisões das elites políticas. O movimento das diretas marcou profundamente a sociedade civil brasileira na forma de fazer política no país.

Vinte anos depois, na Espanha, outra multidão saiu às ruas para protestar e mudar os rumos da política do seu país. Sacudida pelos ataques de 11 de março de 2004, o segundo maior atentado terrorista em número de mortos já registrado na Europa<sup>1</sup>, a população espanhola foi às urnas em 14 de março elegeu o novo primeiro-ministro do país. O resultado do pleito, que levou os socialistas do PSOE de volta ao comando da Espanha com José Luis Zapatero, foi considerado uma das maiores reviravoltas eleitorais já vistas no país. A tentativa de manipular as informações sobre o atentado e responsabilizar o grupo basco ETA, sem provas neste sentido, é um dos principais fatores que resultou na derrota do então primeiro-ministro José Maria Aznar, que tentava a eleição do seu candidato Mariano Rajoy. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos no pós-11 de setembro de 2001, quando o governo norte-americano de George W. Bush se fortalece, com a população buscando na autoridade estatal a saída para a resolução dos problemas e do medo provenientes do terrorismo, na Espanha, a resposta da população é o repúdio ao governo de Aznar. Tal resposta é simbolizada nas enormes manifestações do dia 12 de março de 2004, nas principais cidades espanholas, em que participam cerca de um quarto da população do país sob intensa chuva e frio. Isso se deu não apenas pela suposta “responsabilidade” do governo espanhol, que se envolveu na Guerra do Iraque, em 2003, contra a vontade da maioria da população, mas principalmente pela tentativa de manipulação de informações. Assim como no caso brasileiro (quando citamos a derrota da Emenda Dante de Oliveira), no caso espanhol não

---

<sup>1</sup> O maior atentado terrorista em número de mortos já registrado na Europa é o famoso atentado de Lockerbie, ocorrido em 1988. Um avião com 259 pessoas com destino a Nova York explodiu no ar, caindo sobre a cidade escocesa de Lockerbie. Outras 11 pessoas morreram no solo. Em 2003, o governo da Líbia admitiu responsabilidade no caso.

importa se a autoria dos atentados está ligada ao ETA ou Al Qaeda. Esta questão será apenas levemente analisada, uma vez que na semana entre as explosões e as eleições gerais não é possível determinar de que grupo é a responsabilidade. De modo que as investigações posteriores a esse respeito em nada influenciam o resultado das eleições e, portando, os eventos aqui analisados. São as informações recebidas pelo público entre 11 de março e 14 de março que serão aprofundadas e avaliadas neste trabalho.

O que estes dois momentos, tão distintos e tão afastados um do outro do ponto de vista histórico, têm em comum? Responder a esse questionamento é a base deste trabalho. Mais do isso, trata-se de uma tentativa de desmistificar os estudos em Jornalismo e Ciência Política que insistem em visões mecanicistas das hipóteses de agendamento e espiral do silêncio e não admitem a possibilidade de o público influenciar nas decisões políticas importantes. Com isso, mostramos que é possível inverter a lógica de um discurso cada vez mais despolitizado e manipulador, mesmo que isso só ocorra em casos muito especiais e desde que contando com extrema participação popular. Argumentamos que é possível a lógica da confrontação como bem público coletivo.

Para analisar todos esses pontos, a pesquisa debruçou-se sobre as reportagens da imprensa dos dois países no momento dos acontecimentos, em uma tentativa de reconstruir o cenário visto nos dois países. No caso brasileiro, trabalhou-se com os jornais Folha de São Paulo e Zero Hora entre novembro de 1983 e maio de 1984. Essas edições foram consultadas e pesquisadas no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, sem o qual seria praticamente impossível realizar esta dissertação. No caso espanhol, foram analisadas as edições dos diários espanhóis El País e El Mundo dos dias 11 a 16 de março de 2004. Todo o material foi consultado através das hemerotecas disponibilizadas por ambos os jornais pela internet, com exceção da edição extra do jornal El País de 11 de março de 2004, a qual foi pesquisada através de uma cópia do original.

A escolha dos jornais pesquisados foi definida através de dois critérios: acessibilidade e relevância. No caso do jornal Zero Hora, optou-se por um diário não apenas de tiragem regional, mas que segue uma linha rígida de regionalismo editorial – o foco é a forma como o Rio Grande do Sul vê o Brasil. Assim, a visão do jornal contrapõe a cobertura da Folha, um jornal de abrangência nacional e que trata os temas do ponto de vista nacional.

A hipótese que será trabalhada é a de que, em casos muito especiais, como no Brasil em 1984 e na Espanha em 2004, a agenda do público pode influenciar a agenda governamental, caracterizando um contra-agendamento. Além disso, identificamos outro contra-agendamento no caso brasileiro, da opinião pública em direção à Rede Globo. Esse processo se dá na medida em que a participação popular em mobilizações de rua ganha tamanha força que legitima a reivindicação feita pelo público. A população se torna protagonista e elemento mais importante de todo o cenário: a multidão, anônima e vigorosa, é o personagem principal. A multidão, assim, no singular, como elemento coeso e uniforme, carrega para dentro da mobilização governo e opinião pública, em um movimento crescente no tempo. Pressionadas, as autoridades se vêem quase como que compelidas a mudar de ação e discurso antes que possam ser questionadas mais seriamente e até serem destituídas. Argumentamos que esse panorama é verdadeiro tanto no caso brasileiro quanto no caso espanhol, embora cada caso apresente suas particularidades, como veremos adiante.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a base teórica do estudo, em que destacamos as hipóteses de agendamento/contra-agendamento e espiral do silêncio e fazemos uma retrospectiva da história da imprensa mundial sob a ótica dos estudos de Jürgen Habermas a respeito da configuração da esfera pública. No segundo capítulo, analisamos o caso brasileiro, ressaltando o quadro político, social e econômico do Brasil no início dos 1980 e a cobertura dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora ao movimento das diretas já. Na terceira parte do trabalho, expomos o caso espanhol, com as análises dos jornais El País e El Mundo, e dissecamos um pouco a história e as características do grupo islâmico Al Qaeda e dos bascos do ETA. No derradeiro capítulo, fazemos uma análise dos dois casos em relação à base teórica apresentada anteriormente, apontando semelhanças e diferenças entre os dois casos e concluímos que, mesmo que pouco provável, é possível um contra-agendamento da opinião pública em direção ao governo, rompendo assim com leituras e estudos que descartam por completo e sob qualquer condição esse tipo de processo.

## 1. AGENDA E SILÊNCIO

### 1.1 A MÍDIA E O PODER

A mídia esteve imbricada dentro dos jogos de poder estatal-econômico desde seu surgimento. A dinâmica entre esses dois pólos se dá, de certa forma, no nível da esfera pública, que pode ser entendida como a esfera em que as pessoas privadas se reúnem. Primeiramente, é preciso considerar que a esfera pública não pode ser confundida com a esfera do poder público. Enquanto a segunda constitui-se como a esfera em que o Estado define sua autoridade, mantendo e regulamentando o controle sobre a sociedade, a primeira é caracterizada pela linha divisória entre o poder estatal e a sociedade civil. Ela é o intermediário entre o Estado e a esfera privada, que se expressa através da opinião pública. Já a esfera privada, por sua parte, é o local (concreto ou simbólico) em que se dá o íntimo da família e dos negócios.

Habermas (1984) observa que a imprensa como a conhecemos atualmente começa a se formar por volta de fins do século 17 e início do século 18, na esteira da formação de uma esfera pública burguesa, que, por sua vez, nasce da luta burguesa para opor-se ao Estado Absolutista em meados do século 16. Essa esfera pública, como representação das necessidades da sociedade, surge mais por meio do debate corriqueiro, sobre música, literatura e artes em geral, do que propriamente de um debate politicamente engajado. Na medida em que as cidades se fortalecem (e toda a estrutura cidadina se amplia), surgem locais e espaços que servirão como base para este tipo de debate público: o *pub* inglês, o *salon* francês, o teatro, o concerto. Ao mesmo tempo, as próprias atitudes do monarca e da realeza absolutista passam naturalmente a ser pauta de debates. Forma-se, então, a opinião pública. Neste momento, a consolidação da imprensa como sistema de periódicos capaz de publicar e divulgar notícias e informações permite que os mais diversos críticos e articuladores da opinião pública possam ser ouvidos por um público que transcende aqueles que frequentam os cafés, salões, sociedades fechadas, etc.

Na esfera pública burguesa, desenvolve-se uma consciência política que articula, contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas contra a monarquia e que, por fim, aprende a se auto-afirmar, ou seja, afirma a opinião-pública como única fonte legítima das leis. No transcurso do século XVIII, a opinião-pública já pretenderá ter competência legislativa para aquelas que devem a ela mesma seu conceito polêmico-racionalista (HABERMAS, 1984, p.71).

A partir do século 18, surge uma esfera pública funcionando politicamente. Ela aparece principalmente na Inglaterra e depois se espalha para outros países da Europa. O surgimento desse tipo de esfera pública está relacionado ao antagonismo de interesses entre os representantes de uma geração mais velha, já assentada no mercado, e uma mais nova, que ainda precisa abrir novos caminhos para se estabelecer, principalmente nos campos do comércio e da indústria. Habermas destaca que “forças que querem passar a ter influência sobre as decisões do poder estatal apelam para o público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum” (1984, p.75). Em outras palavras, a esfera pública burguesa se consolida como o espaço de discussão legítimo das reivindicações. É uma invenção burguesa para o consumo burguês e para a defesa dos interesses burgueses e é nesse contexto que o jornalismo toma forma:

O jornalismo surgiu com o desenvolvimento das relações capitalistas, no bojo da cultura de massa, e expressa, hegemonicamente, uma ideologia que visa ao controle e à eterna reprodução da sociedade burguesa (GENRO FILHO, 1989, p. 93).

A partir do século 19, uma nova forma de administrar o Estado transformará de forma radical as bases estruturais da esfera pública burguesa e a dinâmica estabelecida até então. O capitalismo liberal dá lugar a um capitalismo de perfil oligopólico, tendo o setor financeiro como seu vetor mais dinâmico, baseado em um Estado cada vez mais intervencionista. A Era do Capital, nos termos de Hobsbawn, modifica os parâmetros políticos e econômicos, com influências inclusive no comportamento da mídia. A lógica do mercado aos poucos avança, de forma hegemônica e constante, em direção a quase todos os setores da sociedade. Para os meios de comunicação, isso significa que a informação torna-se um produto de mercado como qualquer outro. A transformação do mundo em um sistema global de troca de informações impulsiona esse novo papel da mídia:

[...] As mais remotas partes do mundo estavam agora começando a ser interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o navio a vapor, o telégrafo. Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto por Júlio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em oitenta dias (HOBSBAWN, 2002, p. 84).

A “unificação” do mundo cria um mercado consumidor de cultura ávido e sem precedentes na história da humanidade. Habermas observa que, ao mesmo tempo, ocorre um processo de “desprivatização” da esfera privada, cada vez mais interpenetrada pelo Estado e até mesmo pelas instituições de Direito. A esfera do trabalho e da mercadoria, outrora



considerada privada, assume funções e características cada vez mais públicas. O desenvolvimento das grandes empresas industriais estabelece um novo perfil do mundo do trabalho – uma esfera *sui generis* entre a esfera pública e a esfera privada, na medida em que muitas dessas empresas ajudam seus empregados a conseguir moradia, constroem parques e bibliotecas, oferecem serviços de assistência médica, entre outras atividades de cunho essencialmente público. Nesse contexto, a transformação da cultura em mercadoria e o desenvolvimento da cultura de massas marcam, segundo Habermas, um processo de alienação e de queda da capacidade de crítica. O consumo da cultura de massas exerce um poder de enfraquecimento da posição crítica mesmo entre o público escolarizado. O próprio fortalecimento da imprensa, especialmente da imprensa marrom e sensacionalista, alimenta ainda mais a máquina consumidora dessa cultura.

O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória. [...] Por outro lado, esses modelos<sup>2</sup> são sobrepostos a tal ponto inclusive a fatos políticos que a própria esfera pública se privatiza na consciência do público consumidor; efetivamente, a esfera pública torna-se a esfera onde se publicam biografias privadas, seja por alcançarem publicidade os destinos eventuais do assim chamado homem médio ou os astros planejadamente fabricados, seja porque as evoluções e as decisões publicamente relevantes sejam disfarçadas em roupagens privadas a personificações, sejam deformadas até se tornarem irreconhecíveis (HABERMAS, 1984, p. 202-3).

O que acontece a partir daí é o que Habermas chama de “refeudalização” da esfera pública. Ou seja, a esfera pública burguesa dá espaço a uma esfera caracterizada pela representação de figuras públicas e pela valoração do prestígio e do *status* pessoal. A esfera do debate e da contestação transforma-se na esfera do “mudo conformismo, com pessoas ou personificações publicamente presentificadas” (HABERMAS, 1984, p.229). É possível falar em um esfalecimento de uma esfera pública politicamente ativa, uma vez que o interesse político do cidadão passa a restringir-se ao próprio voto e a reivindicações ligadas a determinados setores da sociedade. Outros interesses, assim como sua própria representatividade efetiva, são transferidos para grandes organizações e para os partidos políticos. Fica a cargo dos partidos estabelecer, inclusive, algo como uma esfera pública. Hannah Arendt observa que a modernidade transformou a esfera social (pública) em um espaço de controle:

---

<sup>2</sup> Segundo Habermas, “modelos socializados pelos mídias” da literatura psicológica do século XVIII, “nos quais são elaboradas relações próprias do século XX sob a forma do *human interest* e da nota biográfica” (1984, p.203).

O surgimento da sociedade de massas [...] indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares haviam sido absorvidas por grupos sociais; com o surgimento da sociedade de massas a esfera social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade (2001, p.50).

Cria-se, dessa forma, uma estrutura que reproduz um pensamento conformista e aparentemente apolítico. Habermas entende que, “ao invés de uma opinião pública, o que se configura na esfera pública manipulada é uma atmosfera pronta para a aclamação, é um clima de opinião” (1984, p.254). Os meios de comunicação de massa estabelecem-se, dessa maneira, como instrumento de propaganda, integrando ao intercâmbio de mercadorias e consumo tanto o setor cultural quanto, inclusive, o setor político e ideológico. A esfera pública passa a operar no nível da representatividade, isto é, como uma simulação da realidade, e não como um fórum legítimo de discussão. A imprensa se configura como a corte no período feudal: cristaliza uma esfera pública da representação do *status* e da dominação que as classes poderosas exercem sobre o povo. O cidadão é empurrado para a posição de espectador e consumidor passivo do grande espetáculo que é a arena política e midiática das elites. A esse respeito, observa Dupas (2003):

Essa situação se consolida com o declínio da democracia no Estado do *bem-estar social* que emerge no pós-guerra, em que a transformação da função das mídias teve seu papel central: de *facilitadora* do debate e da discussão racional na esfera pública, ela se transforma em *construtora* da opinião pública pela centralização do discurso público, levando-o aos temas aprovados como válidos pela indústria [...] a intermediação possibilitada pela participação e pelo debate público foi, então, rompida e substituída pelos espaços da informação e do espetáculo, passivamente absorvidos por consumidores-cidadãos (p.31) [grifo do autor].

Thompson, ao discorrer sobre a natureza do escândalo político, observa que a evolução dos meios de comunicação e a modificação de seu caráter meramente informativo alteraram também as relações entre a vida pública e a vida privada. A linha entre essas duas esferas torna-se cada vez mais tênue. Além disso, o desenvolvimento do campo midiático provocou uma “reordenação das características espaciais e temporais da vida social” (2000, p.63), na medida em que os indivíduos passam a ter a possibilidade de se comunicar com pessoas de todo o mundo e de angariar informações das mais variadas fontes e sobre os mais variados acontecimentos.

O público não está mais restrito àquele que estão situados no mesmo local espaço-temporal do locutor. Além do mais, em algumas formas de interação midiática, tais como as que envolvem materiais impressos como livros, jornais e revistas, ou aquelas que implicam o uso de difusão eletrônica, o alcance de público é relativamente aberto, no sentido de que o conteúdo simbólico transmitido através da interação pode ser recebido dentro de um número indefinido de possíveis receptores, localizados em um conjunto diversificado de contextos espaço-temporais (THOMPSON, 2000, p. 63-64).

A imprensa é um instrumento fundamental nesse processo de refuncionalização da esfera pública. Mais do que isso, é sua instituição por excelência. Antes da consolidação de um Estado burguês de Direito, em que vigora a liberdade de expressão como princípio fundamental, a imprensa atua como membro importante de um público atuando politicamente. Ela é porta-voz e condutor da opinião pública, e não apenas mero veículo de transmissão de informações ou de disseminação da cultura consumista. Com o estabelecimento do Estado burguês, contudo, a pressão para que jornais e revistas sejam instrumento de contestação de um público politicamente ativo torna-se desnecessária: a imprensa pode agora atuar livremente como uma empresa cujo objetivo está claramente definido – o lucro. Nesse contexto, a comunicação se vê cada vez mais inserida na lógica da comercialização dos seus produtos, isto é, a informação, a notícia, os fatos. Caletti destaca essa “negociação” entre mídia e política nos planos do capitalismo:

Explorada, ensayada y validada em el espacio de las lógicas de mercado, del desarrollo de la comercialización y de los incrementos em la rentabilidad a los que há servido tradicionalmente la comunicación llamada publicitaria, la idea estratégica de la comunicación empuja hoy a favor de uma decisiva tendencia de época, a saber, la reconversión general de las relaciones sociales e políticas a juegos posicionales de costo-beneficio, insumo-producto, ganancias y perdidas (2001, p. 41).

Enquanto isso, os mercados e as grandes organizações industriais e financeiras se fortalecem, seja do ponto de vista econômico seja do ponto de vista político. O enfraquecimento do Estado enquanto autoridade reguladora e coercitiva acirrou ânimos e recrudescer a violência em vários âmbitos sociais e em escala extraordinária (DUPAS, 2003, p. 13). O discurso hegemônico perpetrado pelas classes dominantes redefiniu o espaço público e a sociedade civil como *parceiros* do Estado, e não mais como arenas da disputa e da contestação política, em que o antagonismo entre os atores sociais exerce papel fundamental para a evolução das instituições políticas e para a própria cidadania politicamente ativa. O antagonismo, a disputa e o debate passam a ser vistos de uma forma negativa. O papel do cidadão passa a ser o de “ajudar”, e não o de questionar o estabelecido. O resultado disso é o enfraquecimento dos movimentos sociais, o silenciamento da luta de classes e a aversão ao debate político.

Se por um lado, a esfera pública deixa de existir plenamente como tal (o que existe são encenações da esfera pública); por outro lado, é possível perceber que ela ainda se estabelece em determinados momentos demarcados no espaço e no tempo, sob efeito de condições raras

e especiais. É o caso do movimento das diretas já, no Brasil, e da mobilização popular na Espanha pós-atentados de Madri. Genro Filho destaca que o jornalismo é um fenômeno histórico-social concreto e pode sim sair das amarras dos interesses das grandes corporações, aproximando-se da pluralidade de vozes da sociedade. Ele destaca que existe um mesmo fenômeno ligado a uma pluralidade de fatos, que dependem do julgamento ético, da postura ideológica, da interpretação e da opinião do jornalista. Nessa perspectiva, o jornalismo se imporia como uma via com a qual os indivíduos poderiam estar em contato direto com sua “aldeia”.

Trata-se, sim, de uma nova modalidade de apreensão do real condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico. [...] O que se pretende afirmar é que há uma tarefa mais ampla do jornalismo tipificado nos diários, que deve ser pensada em sua especificidade. Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social, por sua potencialidade histórica concretamente colocada a mera funcionalidade ao sistema capitalista (1989, p. 46-47).

Assim, o mundo assiste a um processo de despolarização, em que as arenas do debate politicamente ativo são progressivamente e conscientemente enfraquecidas. Ao mesmo tempo, a consolidação da televisão, na segunda metade do século 20, e o advento da internet comercial, a partir da década de 1980, produzem um panorama cada vez mais fragmentado da realidade. A espetacularização da informação, sob os holofotes da grande mídia eletrônica, é elemento fundamental dessa reconfiguração da esfera pública. O que se percebe é um processo cada vez mais consolidado e hegemônico de valorização do *status* pessoal na esfera da representatividade simbólica da sociedade. Constroem-se mitos, ídolos e personalidades com a mesma rapidez com que são esquecidos. Ao mesmo tempo em que tudo ganha os holofotes quase nada fica para a posteridade. Os 15 minutos de fama passaram a ser os 15 *segundos* de fama. Nesse contexto, a consolidação da internet acelerou de forma nunca antes vista a troca de informações. Ela encurtou distâncias, esfarelou barreiras, fortaleceu cada vez mais a idéia de um mundo unido, mas, paradoxalmente, fragmentado e fragmentário. Dentro desse contexto, o cidadão vive um dilema: ao mesmo tempo em que o acesso à informação cresceu de forma espantosa nas últimas décadas, de certa forma democratizando o debate na esfera pública, há um constante enfraquecimento do debate politicamente engajado.

## 1.2 ESTUDOS DE JORNALISMO

### 1.2.1 HIPÓTESE DO AGENDAMENTO

A hipótese de uma relação causal entre a agenda jornalística e a agenda pública já havia sido sugerida no clássico trabalho<sup>3</sup> de Walter Lippmann, em 1922. Em 1963, portanto, quarenta anos depois, Cohen começou a conceptualizar essa idéia ao observar que a imprensa

[...] pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e directores do jornal que lêem”. (apud TRAQUINA, 2000, p.17).

Essa definição, essa “espantosa capacidade” da mídia descrita por Cohen, só ganhou um termo específico para seus estudos sistematizados a partir da década de 1970. O termo *agendamento* (no inglês, *agenda-setting*) foi cunhado primeiramente pelos pesquisadores Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw em 1972 em um artigo publicado em uma revista acadêmica norte-americana<sup>4</sup>. Pesquisando a campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos, os dois concluíram que existia uma relação causal entre a agenda jornalística e a agenda pública, sendo que o termo agenda é definido como uma lista de questões e acontecimentos vistos em um determinado ponto no tempo e classificados segundo uma hierarquia de importância<sup>5</sup>. Para McCombs e Shaw, essa relação causal existe na medida em que, ao abordar – agendar – determinados acontecimentos e ignorar outros, a mídia constrói uma representação da realidade que prioriza certos temas em detrimento de outros. Estudos posteriores mostraram que essa relação se dá, sobretudo, a médio e longo prazos.

Ao seleccionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais da redacção e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada. Ao divulgarem aquilo que os candidatos vão afirmando durante uma campanha, os *media* podem muito bem determinar quais as questões importantes, ou seja, podem estabelecer a “agenda” da campanha (MCCOMBS & SHAW, 2000, p. 47).

<sup>3</sup> LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. Nova Iorque: The Free Press, 1990.

<sup>4</sup> O título original do artigo é “*The agenda-setting function of mass-media*”, publicado na revista *Public Opinion Quarterly*, volume 36, número 2, 1972.

<sup>5</sup> Definição segundo Rogers e Dearing (1988 apud TRAQUINA, 2000). Agenda pública é entendida aqui como a agenda da opinião pública, isto é, do público e dos membros da sociedade civil, e não a agenda do poder público/estatal.

Conforme assinala o próprio Shaw (apud WOLF, 1995), o principal pressuposto da hipótese do agendamento não é a de que os meios de comunicação pretendam persuadir o público a expressar determinada opinião ou forçar como a opinião pública deveria pensar sobre os temas da realidade. De fato, o pressuposto fundamental dessa hipótese é a de que a compreensão que as pessoas têm da realidade é fornecida pela mídia; ou seja, os meios de comunicação vão determinar quais temas serão discutidos e quais não serão. Dessa forma, assuntos que não estão na mídia deixam, sociologicamente falando, de existir, em um processo de ocultação ou visibilidade de acordo com os interesses em jogo.

Martins (2007) fala em três tipos distintos de agendamento:

1. Agendamento autônomo: feito pela própria mídia;
2. Agendamento heterônimo: vindo de fora da redação, não importando a motivação e obedecendo, sobretudo, ao império dos acontecimentos e dos fatos de natureza midiática;
3. Agendamento institucional: atua, de forma permanente e sustentável, na elaboração de esforços e execução de estratégias, de forma a buscar a melhor visibilidade e o melhor tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização (por exemplo, o papel desempenhado por Organizações Não-Governamentais junto aos veículos de comunicação por intermédio de suas assessorias de imprensa).

Vale ressaltar que a hipótese do agendamento se configura mais como uma ampla gama de estudos e pesquisas do que propriamente um modelo de pesquisa definido e estável. Segundo Hohlfeldt, não se pode caracterizar a hipótese do agendamento nos termos de uma teoria, já que esta determina a elaboração de um paradigma fechado e acabado “pelo qual traduzimos uma determinada realidade segundo um certo modelo” (2001, p. 189). A hipótese, ao contrário, caracteriza justamente um sistema aberto: “uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente *não der certo* naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica” (p. 189) [grifo do autor].

Hohlfeldt (2001, p.190-191) destaca três aspectos da hipótese do agendamento:

1. O fluxo contínuo de informações: a imensa quantidade de informações ao qual o receptor (público) é exposto gera o que McCombs denominou de *efeito de*

*enciclopédia*; ou seja, o receptor recebe informações que aparentemente não serão utilizadas e que podem gerar um efeito de entropia (tal o volume de dados e informações), mas as quais ele pode vir a lançar mão repentinamente no futuro.

2. Os meios de comunicação, por consequência, influenciam sobre o receptor não a curto prazo, como boa parte das antigas teorias pressupunham, mas sim a médio e longo prazos.
3. Os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o quê pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica<sup>6</sup>, são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o quê pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho.

Estudos posteriores aos de McCombs e Shaw passaram a mostrar que a relação causal entre a agenda jornalística e a agenda pública não influencia de maneira igual a todos os membros da sociedade nem é válida para todos os temas abordados pela mídia. Segundo McLeod, Beckes e Byrnes (1979 apud TRAQUINA, 2000), pessoas que participam de conversas sobre as questões abordadas pelos mídia estão mais propensas a serem influenciadas pelo agendamento do que pessoas que não participam dessas conversas.

Outro estudo mostrou que “quanto maior a necessidade de orientação da pessoa, maior é a exposição à informação política dos meios de comunicação. E quanto maior é a necessidade de orientação, menor é a distância entre as agendas dos eleitores e as agenda dos media” (MCCOMBS & WAEVER, 1973 apud WEAVER, MCCOMBS & SPELLMAN, 2000). Nesse caso, a necessidade de orientação pode ser definida por uma alta necessidade de informação agregada a um alto grau de incerteza. Em períodos eleitorais, por exemplo, eleitores indecisos estão mais propensos a serem influenciados pelos mídia justamente porque se expõem a receber uma grande quantidade de informação sobre determinado assunto. Dessa maneira, a agenda pessoal dos eleitores se aproxima da agenda jornalística.

---

<sup>6</sup> Teoria da Comunicação surgida na primeira metade do século 20. Conforme Araújo (2001), na Teoria Hipodérmica, “os meios são vistos como onipotentes, causa única e suficiente dos efeitos verificados. Os indivíduos são vistos como seres indiferenciados e totalmente passivos, expostos ao estímulo vindo dos meios”. Traquina (2001) assinala que “este paradigma defendia a visão de que as mensagens massmidiatizadas têm um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos prognosticáveis; esse efeitos aconteciam em todas as pessoas, fossem quais fossem os atributos sociais ou psicológicos do indivíduo; e todas as pessoas eram membros iguais de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos midiáticos”.

Já Iyengar e Kinder (1987 apud TRAQUINA, 2000) estudaram de que forma a proximidade ou o distanciamento do público para com determinados assuntos influencia a capacidade de agendamento dos meios de comunicação. Eles chegaram à conclusão de que, no caso da televisão, quanto mais afastado está o espectador dos acontecimentos, mais suscetível ao poder do agendamento ele estará. Da mesma forma, outros estudos (como ZUCKER, 1978, WAEVER, GRABER, MCCOMBS & EYAL, 1981 apud TRAQUINA, 2000) demonstraram que os mídia exercem maior influência sobre assuntos com os quais o público não estabelece uma experiência direta, como nos casos de política externa. Essa questão, que Wolf (1995) denomina centralidade, é uma das problemáticas que deve ser verificada como fator de intervenção do agendamento, segundo o próprio autor.

Behr e Iyengar (1985 apud TRAQUINA, 2000) procuraram estabelecer se a relação causal entre a agenda pública e a agenda jornalística é unidirecional ou bidirecional; isto é, se as duas agendas são capazes de exercer influência uma sobre a outra ou se apenas a agenda jornalística poderia influenciar a agenda pública. Os autores concluíram que o processo é unidirecional. Para eles, a agenda jornalística não é influenciada pela agenda pública. Por outro lado, Ebring, Goldenberg e Millher (1980 apud TRAQUINA, 2000) descrevem o processo de agendamento como interativo. Segundo eles, a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística ocorre sim, mas de maneira gradual e a longo prazo. Já a influência da agenda jornalística sobre a agenda pública é direta e imediata, em particular em processos sobre os quais o público não dispõe de informações e experiências diretas.

A principal limitação que se apresenta aos estudiosos da hipótese do agendamento é a falta de uma metodologia de pesquisa clara e uniforme que possa nortear as pesquisas sobre o tema. Como agregar dados que correspondem a mídias diferentes (televisão e jornais, por exemplo, visto que apresentam efeitos diferentes no público)? Como determinar o espectro temporal ideal para o processo de agendamento seja estudado? Como abordar a questão da centralidade? Estas são algumas questões fundamentais que os vários estudos na área ainda não responderam.

Wolf (1995) destaca dois problemas que limitam ou dificultam a pesquisa sobre o agendamento: a questão da frequência e a do parâmetro temporal. Visto que o pressuposto primordial do agendamento é a relação causal entre a agenda jornalística e a agenda pública, verificar como se dá essa relação é a base de qualquer pesquisa sobre o tema. Primeiramente,



não se pode pensar em uma transferência homogênea de uma agenda para outra. Além disso, não se podem tirar conclusões satisfatórias de uma pesquisa que se detém apenas a respeito do número de vezes que um determinado assunto é citado.

Conceptualizar apenas a variável da frequência como índice da percepção da importância dos temas, parece largamente insuficiente. A idéia de que uma grande frequência define uma grande importância associa-se a um modelo comunicativo hipersimplificado, pré-semiótico. O pressuposto de que a frequência da exposição de um assunto no mass media seja a indicação utilizada pelos destinatários para se aperceberem do seu significado, implica uma idéia de mensagem em que estejam explicitamente contidos todos os elementos necessários para a sua compreensão e interpretação (WOLF, 1995, P. 149).

A questão do parâmetro temporal configura-se ainda mais complexa e problemática do que a questão da frequência. Determinar o período em que a agenda jornalística passa a influenciar a agenda pública (*time-lag*), visto que essa influência não se dá por mágica, de uma hora para outra, ainda é uma questão sem resposta. Outros intervalos temporais, como a duração do levantamento da agenda jornalística e da agenda pública, são controversos e não apresentam um modelo teoricamente fundamentado e motivado que possa ser seguido como exemplar.

Tanto Traquina (2000) quanto Wolf (1995) são claros ao afirmar que a hipótese do agendamento parece ser bem mais complexa do que os primeiros estudos a respeito do tema poderiam supor. Muitas questões sem resposta, citadas anteriormente, são fatores que possuem alto grau de intervenção no estudo e na aplicação da hipótese. A isso, se alia o forte poder de influência da mídia na sociedade neste início de século. A hipótese do agendamento exemplifica o poder do jornalismo e do jornalista em determinar uma representação da realidade, a qual o público está fortemente inclinado a perceber como sua e verdadeira.

### ***1.2.2 POSSIBILIDADES DE CONTRA-AGENDAMENTO***

Como citado anteriormente, Behr e Iyengar procuraram determinar se o processo de agendamento é unidirecional ou bidirecional e concluíram que apenas a agenda jornalística influencia a agenda pública (e não o contrário). Mais recentemente, contudo, alguns estudiosos vêm levantando a possibilidade de processos de contra-fluxos de informação que buscam “remar contra a maré”, aceitando, portanto, que existe influência da agenda pública sobre a agenda jornalística; isto é, da sociedade e do público para a mídia. Esses contra-fluxos serão chamados de contra-agendamento (ou, no inglês, *social-setting*).

No Brasil, um desses pesquisadores é o professor da Universidade de Brasília, Luiz Martins. O estudo de Martins (2007) se centra, sobretudo, no conceito de *advocacy*, que vem a ser uma ação coletiva em busca de apoio para determinada causa ou pessoa. Ele classifica *advocacy* não simplesmente como *lobby*, mas como elemento “qualificador do agendamento institucional”, uma mediação entre setores da sociedade e a mídia em um processo de tematização de determinados assuntos.

Esse *contra-agendamento* compreende um conjunto de atuações, que passam, estrategicamente, pela publicação de conteúdos na mídia e depende, para seu êxito, da forma como o tema-objeto-de-advocacia foi tratado pela mídia, tanto em termos de espaço, quanto em termos de sentido produzido. Pode-se, então, afirmar, que o *contra-agendamento* de um tema pode ser parte de uma mobilização social; parte de um Plano de Enfrentamento de um Problema, corporativo ou coletivo (MARTINS, 2007, p. 85).

Amparado nos conceitos de jornalismo cívico/público, Martins discute a capacidade de diferentes atores da sociedade em ver suas pautas atendidas pela mídia através do trabalho de Organizações Não-Governamentais para incluir temas na esfera pública. Junto à mídia, esse processo se daria através de sete etapas, segundo Martins (2007):

1. Seleção de temas que podem ser oferecidos à mídia para publicação;
2. Elaboração de produtos midiáticos oferecidos aos diversos meios para publicação;
3. Planejamento e execução de ações de *advocacy* junto à mídia;
4. Tentativa de influência junto às instâncias de decisão sobre o que é notícia e sobre o que deve ser publicado;
5. Monitoramento e análise do conteúdo publicado;
6. Re-planejamento de novas ações de *advocacy*;
7. Melhor aproveitamento dos espaços midiáticos conquistados em ações de sensibilização e de mobilização social.

Martins argumenta que, neste contexto de *contra-agendamento*, de *contra-fluxos* de informação, a mídia se configuraria como um campo de campos, um espaço de intersubjetividade permeada pelas diferentes vozes da sociedade, incluindo Estado e público, as quais se complementariam, gerando um “epicentro de ressonâncias”. Essa pluralidade de vozes e sujeitos seria um sinal de uma esfera pública ativa e argumentativa.

A se comprovar tal hipótese, teríamos, então, a mídia agindo não apenas como tradicionalmente se compreendeu, desde uma orientação heterônoma – do tipo *agenda-setting*

unilateral (da mídia para a sociedade), mas, também confluência de temas com vistas à composição de uma *agenda social* e de processos autônomos de agendamento (da sociedade para a mídia). Complementando-se as duas formas – duas orientações –, teríamos, então, uma dinâmica processual e multilateral: da mídia para a sociedade; da mídia para o Estado; da mídia para o mercado; da mídia para a própria mídia. Ou, noutra dimensão: da sociedade para a mídia e da mídia para os mais variados campos de ‘audiência’ (MARTINS, 2007, p. 97-98).

Ele adverte ainda que determinados temas entrariam na pauta de discussões da mídia de forma quase obrigatória por despertarem a atenção do público naturalmente. Nesse caso, Martins cita a mobilização mundial em prol das vítimas do tsunami na Ásia em dezembro de 2004.

### ***1.2.3 ESPIRAL DO SILÊNCIO***

A hipótese da espiral do silêncio complementa e aprofunda a hipótese do agendamento e começou a ser pesquisada pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann, a partir de 1972. A hipótese parte do pressuposto de que o público teme expressar sua opinião e, conseqüentemente, sentir-se isolado ao perceber que suas idéias são minoritárias frente ao conjunto da sociedade. É o medo do isolamento social que vai moldar, de forma quase instintiva, o comportamento das pessoas dentro da sociedade.

Los seres humanos economizan la atención que prestan a las cosas. El esfuerzo que dedican a observar el entorno parece ser un precio menor a pagar en comparación con el riesgo de perder la estimación de los otros seres humanos; de ser rechazados, despreciados, de estar solos (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 63).

Pesquisando a respeito da formação do caráter nacional alemão, Noelle-Neumann passou a perceber que a influência da mídia era maior do que supunha a hipótese do agendamento, ainda que menor do que a teoria hipodérmica estabelecia. Para ela, a mídia não apenas determinava sobre o quê pensar, mas poderia até mesmo influenciar o quê pensar. O estudo parte do conceito de percepção seletiva (a tendência que as pessoas têm de entender as informações de acordo com seus valores e crenças pré-existentes) e retoma o de acumulação (a capacidade da mídia de dar relevância a um determinado tema em detrimento a outros assuntos) para destacar, sobretudo, a presença onipresente da mídia como formadora de opinião.

A base da hipótese de Noelle-Neumann está no conceito de clima de opinião, que estaria relacionado com o sentimento e a percepção do público em geral sobre o que seria a opinião majoritária.

Assim, ao perceberem – ou imaginarem – que a maioria das pessoas pensa diferentemente delas, essas pessoas acabam, num primeiro momento, por se calarem e, posteriormente, a adaptarem, ainda que muitas vezes apenas verbalmente, suas opiniões às dos que elas imaginam ser a maioria. Em consequência, aquela opinião que, talvez de início, não fosse efetivamente maioria, acaba por tornar-se a opinião majoritária, na medida em que se expressa num crescente movimento de verbalização, angariando prestígio e alcançando a adesão dos indecisos (HOHLFELDT, 2001, p. 230-1).

A influência que esse tipo de pensamento exerce sobre as pessoas aconteceria em um movimento constante no tempo, que tende a ampliar-se na medida em que a opinião minoritária – ou aquilo que se acredita que seja a opinião minoritária – vai gradativamente sendo silenciada, como em uma espiral que vai aos poucos abocanhando aos outros membros da sociedade. É o medo do isolamento de cada indivíduo que dá força para esse movimento:

Parece que el miedo al aislamiento es la fuerza que pone en marcha la espiral del silencio. Correr em pelotón constituye un estado de relativa felicidad; pero si no es posible, porque no se quiere compartir públicamente una convicción aceptada aparentemente de modo universal, al menos se puede permanecer en silencio como segunda mejor opción, para seguir siendo tolerado por los demás (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 23-24).

Outro conceito importante é o de conformidade: o desejo que as pessoas têm de estarem em compasso com a maioria de seus pares. A partir disso, a pesquisadora destaca que a opinião pública produz a integração dentro das sociedades. Em épocas de crise (quando a posição das autoridades está contestada), a opinião pública exerce uma pressão ainda mais forte, uma vez que serve de “apoio” aos indivíduos sem orientação. Assim, uma sociedade com menor grau de integração cultural tem uma necessidade iminente de integração. Essa necessidade será acompanhada de uma maior tensão na opinião pública e uma ameaça maior de isolamento para os indivíduos (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 181).

Wolf destaca que o ponto crucial da espiral do silêncio é

[...] a observação de que os mídia não se limitam a representar as tendências da opinião pública, mas que, ao contrário, lhe conferem concretamente forma e desenvolvimento. Contudo, não se pode dizer que os mídia criam a opinião pública enquanto os deslocamentos de tendência não se verificam de modo autônomo em relação à ação dos mídia, mas que estão estreitamente vinculados a ela (apud HOHLFELDT, 2001, p. 238).

A hipótese da espiral do silêncio se ressentem, assim como a hipótese do agendamento, de um modelo metodológico de pesquisa capaz de gerar resultados e evidências cuja clareza seja inquestionável. Dessa forma, ainda é uma das hipóteses mais controversas na área da comunicação social.

#### **1.2.4 GATEKEEPER**

Os estudos sobre o gatekeeper complementam de certa forma as hipóteses da espiral do silêncio e do agendamento ao perceberem, do ponto de vista do jornalista, como se dá a dinâmica de publicação e hierarquização das notícias dentro de um veículo de comunicação. O termo *gatekeeper* (em uma tradução literal para o português, *porteiro*) foi elaborado pelo psicólogo alemão Kurt Lewin em 1947 em um estudo que verificava o fluxo de informações dentro dos grupos sociais. De acordo com Wolf (1995), mais tarde, no ano de 1950, David Manning White adaptou as conclusões de Lewin ao campo da comunicação e verificou o que determinava que as informações que chegavam até a redação eram transformadas ou não em notícias publicadas.

O gatekeeper funcionaria como um filtro, representado por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, capaz de decidir quais informações seriam liberadas para publicação e quais seriam bloqueadas. As investigações de White focalizavam o jornalista individualmente – e não como um profissional que trabalha dentro de uma empresa e que está, portanto, à mercê de suas orientações ético-profissionais e de uma hierarquia bem definida de trabalho. Segundo Wolf (1995), pesquisas posteriores ao estudo de White concluíram que essa seleção ou filtragem de informações está diretamente relacionada com normas ocupacionais, profissionais e organizacionais que envolvem a profissão do jornalista, ao passo que questões e preferências pessoais seriam postas em segundo plano.

Hohlfeldt (2001) e Wolf (1995) identificam seis pontos sobre os quais dependeriam as perspectivas e influências que definem o gatekeeping. São eles: autoridade institucional e suas eventuais sanções; sentimentos de fidelidade e estima para com os superiores; aspirações à mobilidade social da parte do profissional; ausência de fidelidade de grupo contraposta; caráter agradável do trabalho e o fato de a notícia ter-se transformado em valor. Wolf (1995) destaca que esses seis pontos estão intimamente relacionados com a conformidade do jornalista em relação às orientações políticas e editoriais que ditam seu trabalho dentro de

uma empresa de comunicação. O autor sublinha que “a principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores” (p. 164). Essa conformidade criaria, então, o que Traquina (2001) denomina cultura organizacional e que pode ser contraposta à cultura profissional.

Embora, segundo Hohlfeldt (2001), o processo de gatekeeping seja fortemente distinto do processo de censura, é possível relacionar esse processo de seleção ao controle do processo informativo que ocorre principalmente na grande mídia. Não se trata, portanto, de uma simples questão de recusa ou aceitação de notícias, mas de um processo de manipulação de informações que influi decisivamente na representação da realidade política e social que será posteriormente transmitida ao público e que se dá justamente em um dos elementos fundamentais dentro do completo mundo das comunicações: o jornalista.

## 2. DIRETAS JÁ

### 2.1 O MOVIMENTO

Depois de quase 20 anos de regimes democráticos após o fim do primeiro período sob comando do presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945), o poder no Brasil foi tomado pelos militares em um golpe em 1964. Apesar do golpe, o novo regime só passou a assumir sua feição verdadeiramente autoritária a partir de 1968, em um processo descrito por muitos estudiosos como um “golpe dentro do golpe” com a instauração do Ato Institucional número 5, que deu imensos poderes ao Executivo federal e limitou os direitos individuais, inclusive com a suspensão da garantia de *habeas corpus* (BORIS FAUSTO, 2006). Nos anos seguintes, o autoritarismo do regime política chegará ao seu auge justamente no momento em que a economia brasileira dá sinais de importante crescimento, o que, de certa forma, legitimava o discurso governista. Esse panorama se estende até o final dos 1970, quando, então, a ditadura militar passa a assistir a um processo de abertura “lenta e gradual”, aliando o desgaste por diversos fatores políticos e econômicos, que iam corroendo as bases do regime, à intenção do próprio governo Geisel de paulatinamente levar o país de volta a um Estado democrático.

A transição para a democracia, que só será formalmente concretizada na segunda metade da década de 1980, foi marcada pela transação quando, nos termos de Donald Share e Scott Mainwaring (1986), “o controle do regime declina visivelmente, mas as elites autoritárias ainda mantêm uma capacidade maior para determinar os contornos gerais do processo político do que em outros tipos de transição”. Ou seja, o governo brasileiro sob comando dos militares inicia a transição, fixa limites para a mudança política e segue sendo um importante ator eleitoral durante todo o processo transitório. A transição que se dará exclui certos atores democráticos, insiste na impunidade dos líderes do regime e bloqueia mudanças sociais. Ainda de acordo com esses dois autores, o quadro começa a mudar no final de 1983, quando o caso brasileiro começa incorporar aspectos de transição por afastamento voluntário, quando as elites estabelecem o *timing* e os limites das mudanças, mas são menos capazes de controlar a transição.

Por volta de 1984, a transição brasileira se tornou velha e cansada. Depois de fixar com sucesso os limites para a mudança política, a partir de 1983 o regime começou finalmente a se desagregar sem qualquer controle. A emergência de um importante cisma no seu interior, a recusa do partido oficial em endossar as políticas salariais do governo em outubro de 1983, a decisão de Figueiredo de não intervir na escolha do candidato oficial à presidência da República, as maciças defecções sofridas pelo regime em 1984, a mobilização nacional por

eleições diretas no início de 1984, além da crise econômica, foram as mais importantes manifestações desta desagregação (SHARE & MAINWARING, 1986, p.214-215).

A economia brasileira se deteriorara de forma alarmante entre o fim do chamado “Milagre Econômico”, no período entre 1968 e 1973, e o início dos anos 1980<sup>7</sup>, entrando em profunda recessão no triênio 1981-1983. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 13,6% em 1973 para um índice negativo de 3,2% em 1983. Já a dívida externa aumentou de US\$ 12,6 bilhões em 1973 para US\$ 81 bilhões dez anos depois. A inflação beirava os 230% ao ano em 1983 contra 15,5% em 1973. Ao mesmo tempo, o final dos 1970 viu uma crescente inovação dos sujeitos políticos brasileiros, principalmente no que diz respeito ao surgimento de um novo sindicalismo na região do ABC paulista e à participação direta de membros da Igreja Católica em movimentos comunitários e associações de bairro. Também vale destacar, como influentes neste processo, a anistia e o retorno ao Brasil de lideranças políticas importantes, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e quadros do PCB e PC do B, e a reforma partidária de 1979, que, dividindo a oposição ao regime, fez nascer PT, PDT, PTB, PMDB e o situacionista PDS. A crise econômica aliada à ampliação da arena política, provocada pela incorporação de novos agentes, aos poucos ruía a legitimidade que regime tinha logrado conquistar, em seu período auge, junto às massas e às classes médias.

Além disso, o próprio regime se mostrava desgastado internamente, dando vida a uma crise sucessória que dividiria o PDS (de um lado, o ex-governador paulista Paulo Maluf; de outro, o ministro do Interior Mário Andreazza, ambos civis) e culminaria na vitória do peemedebista Tancredo Neves, com apoio de muitos pedessistas, no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Essa falta de coesão interna na base do regime ficou clara com a ausência de um candidato de consenso e as dificuldades do presidente João Figueiredo em coordenar e liderar o processo para indicar seu sucessor, como havia ocorrido nos governos militares anteriores.

Nem o grupo de Figueiredo nem a liderança do PDS pareciam ter formulado alguma estratégia viável a longo prazo. O objetivo deles tinha sido conservar o controle das eleições presidenciais de 1985. Mas mesmo esse objetivo revelou-se enganoso, já que o presidente e seus assessores pareciam incapazes de escolher um candidato consensual e fazer aquela escolha prevalecer dentro do PDS (SKIDMORE, 1988, p.66).

---

<sup>7</sup> Todos os índices econômicos citados neste parágrafo são do Banco Central do Brasil, retirados de: FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 137-197.



Dentro dessa nova lógica, a organização de diversos atores sociais em torno da reivindicação por eleições diretas começa a ganhar forma no início de 1983. Em janeiro daquele ano, o então desconhecido Dante de Oliveira, deputado federal eleito pelo Estado de Mato Grosso, redige o que se transformaria na peça institucional que, de certa forma, mobilizaria a correlação de forças oposicionistas ao regime. O movimento partidário e popular pelas diretas começa a ser de fato articulado em junho. Em Goiânia, em 15 de junho de 1983, o PMDB organiza um ato com a presença de cinco mil pessoas, participação que surpreende, segundo Tosi Rodrigues (2003), inclusive as próprias lideranças do partido. Segue-se um ato em Teresina, em 26 de junho, também como boa presença de público. Ainda no mesmo mês, lideranças de PT, PDT e PTB unem-se ao PMDB para formar um movimento suprapartidário, que buscará também o apoio da sociedade civil organizada, incluindo Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CBB) e União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras entidades. Estabelece-se, assim, uma articulação de forças que trabalha a partir de duas frentes: de um lado, abrindo espaço para o caráter institucional-jurídico propriamente dito do processo, qual seja, a aprovação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso; de outro, buscando dar força ao movimento popular de forma a produzir capital político capaz de legitimar a reivindicação das oposições.

Sem um artefato como a Emenda Dante de Oliveira, em via de ser apreciada no momento em que culminou a crise sucessória do governo Figueiredo, haveria certamente entraves jurídico-políticos a dificultar a canalização de esforços e a arregimentação de vontades políticas em torno da proposta de mudança. Sem a campanha das Diretas Já (e os processos de crise e mobilização em torno dela configurados), tal emenda teria possibilidades exíguas de aprovação (ou mesmo de ser seriamente discutida), dada a correlação de forças a princípio vigente no Parlamento (TOSI RODRIGUES, 2003, p. 39).

Com as eleições de 1982, a Câmara Federal dos Deputados ficou composta da seguinte maneira: o PDS controlava 235 cadeiras, sendo o partido majoritário, mas a oposição reunia 244 parlamentares, sendo 200 do PMDB, 23 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT. No Senado, a maioria era do PDS, com 46 senadores contra 23 da oposição. Devido às regras daquele pleito, o partido governista também tinha conseguido conservar maioria no Colégio Eleitoral, com 359 cadeiras contra 321.

Por ser emenda à Constituição, a Dante de Oliveira precisava da aprovação nas duas casas do Congresso brasileiro. Na Câmara, seria necessária a aprovação de dois terços do parlamento; ou seja, 320 votos. Com 244 deputados, as oposições teriam ainda de convencer 76 deputados do PDS a aprovar a emenda.

Após os atos de Goiânia e Teresina, o movimento chegou a São Paulo no dia 27 de novembro de 1983, para comício com a participação de cerca de 15 mil pessoas em frente ao Estádio Municipal do Pacaembu. Mas é em janeiro de 1984 que a campanha ganha, de fato, as ruas e as bocas brasileiras. O primeiro grande ato ocorreu em Curitiba, para 30 mil pessoas, em 12 de janeiro. A maior demonstração da força do movimento até então foi dada em 25 de janeiro, em São Paulo: 250 mil pessoas na Praça da Sé. As crescentes dimensões do movimento popular tornavam o cenário cada vez mais complexo e imprevisível, dificultando a análise do que estava de fato ocorrendo, seja do lado oposicionista seja do lado situacionista. A reação inicial do regime fora a de ignorar a mobilização, subestimando a capacidade desses novos atores de pressionar os limites institucionais do governo. A oposição, por sua vez, também se viu em delicado panorama, como observa Tosi Rodrigues:

“[...] a oposição institucional reunida no antigo MDB, que se vira limitada ao campo de atuação demarcado pelo regime, lograra crescer em sucessivos pleitos. As praças públicas cheias não desestruturavam apenas a percepção e a conduta do governo Figueiredo ou dos pré-candidatos da situação, mas também e sobretudo de uma boa parte da oposição ao regime, que se via de repente alçada à condição de protagonista de um inusitado movimento, que ganhava iniciativa própria e relativa autonomia com relação a seus supostos líderes. Desse lado do conflito, portanto, a situação não era menos complexa. Em especial porque, de modo paradoxal, apesar dos atores pró-Diretas apostarem na subversão dos espaços de confrontação, a institucionalidade, que fora previamente estabelecida de forma autoritária, impunha ao movimento aquele que se afigurava seu limite último: a aprovação ou não, pelo Congresso, da Emenda Dante de Oliveira” (2003, p. 50).

Dentro do regime, começava, em fevereiro de 1984, a articulação das forças que pretendiam reagir ao movimento popular. Percebendo que o tema das diretas se tornava cada vez mais unânime e, portanto, mais difícil de ser combatido ou negado, a idéia do governo era propor eleições diretas para o sucessor do sucessor de Figueiredo, “apenas” adiando a reivindicação das oposições. A mudança de tática do regime parece de certa forma legitimar a campanha das diretas, reconhecendo a força do movimento popular de, inclusive, mudar a linha de ação que as elites autoritárias tinham tentado previamente traçar:

[A medida] é hábil e eficaz porque protege politicamente os congressistas do PDS contrários à emenda Dante de Oliveira e desloca completamente o eixo da discussão. Todos são agora favoráveis às diretas. Situação e oposição. A questão passa a ser Diretas-já para o sucessor de Figueiredo ou diretas para 1988 (COUTO, 1998, p. 328).

Em 16 de abril de 1984, Figueiredo envia ao Congresso uma emenda alternativa à Dante de Oliveira. Entre as alterações à Constituição, estava a medida que propunha eleição

direta para presidente em 1988. Sendo aprovada, a emenda governamental reafirmava, dessa forma, que o novo presidente do Brasil a partir de 1985 seria eleito ainda por voto indireto. A data do envio da emenda não poderia ter sido mais simbólico. Naquele mesmo dia, cerca de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas se acotovelavam no Anhangabaú, no centro de São Paulo, para o mais apoteótico comício da diretas já, ao mesmo tempo em que Figueiredo anunciava, em rede nacional de televisão, a emenda enviada ao Congresso. Seis dias antes, o palco da campanha tinha sido o Rio de Janeiro, nas proximidades da Igreja da Candelária, em outra gigantesca demonstração de força do movimento.

Apesar do maciço apoio popular, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada em votação no dia 25 de abril de 1984. Faltaram 22 votos na Câmara Federal. Foram 298 pela aprovação, 65 contra e três abstenções, com 113 parlamentares ausentes. Com a rejeição da proposta, o sucessor de Figueiredo foi eleito pelo voto indireto no Colégio Eleitoral. Tancredo Neves, líder da parcela oposicionista que tinha buscado uma solução conciliada com o regime desde o início do processo de transição, saiu-se vitorioso com 480 votos contra 180 de Maluf. Ele se tornaria o primeiro presidente civil do Brasil depois de 20 anos de ditadura militar, mas nunca tomou posse. Faleceu em 21 de abril de 1985, deixando José Sarney, que havia sido presidente da Arena e do PDS, como novo presidente brasileiro.

De certa forma, a campanha pelas diretas extrapolou a própria reivindicação de restabelecimento do voto direto. Ela aglutinava os anseios de várias gerações de brasileiros por mais possibilidades nos campos político, econômico e social. Para a população, não estava em jogo apenas a decisão de eleger o próximo presidente do Brasil. Mais do que isso, as massas, principalmente as classes médias e assalariadas urbanas, depositaram no movimento a esperança de um novo país:

A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos de exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar (FAUSTO, 2008, p. 509).

Passada a frustração com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, as massas reordenaram suas esperanças para a presidência de Tancredo, novamente frustrada. Em seguida, foi a vez de encampar o Plano Cruzado. Mais tarde, as esperanças se depositaram na

Assembléia Constituinte e na promulgação da Constituição de 1988, e assim, parece, sucessivamente na história recente do Brasil.

## **2.2 FOLHA DE SÃO PAULO**

Fundado em 19 de fevereiro de 1921, o jornal Folha de São Paulo é um jornal diário editado na cidade de São Paulo, mas com circulação nacional e uma das maiores tiragem no Brasil, sendo também um dos mais influentes no território nacional, ao lado de O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Apesar da influência nacional, a Folha está tradicionalmente ligada a uma visão paulista do Brasil.

No início de novembro de 1983, a cobertura da Folha de São Paulo trata o movimento pelas diretas como uma saída para a crise brasileira. A edição de 2 de novembro destaca as negociações entre o regime e as oposições em torno de um grande acordo nacional. O governo proporia eleições diretas em troca do apoio das oposições para impor uma política econômico-financeira mais rigorosa como forma de resolver a crise nacional. A perspectiva, alerta o jornal, é de um período crítico para a estabilidade institucional do país no início de 1984. Ao PDS, preocupava a indefinição do quadro sucessório. Segundo a Folha, um pedessista chegou a manifestar a preocupação de que o presidente Figueiredo repetisse o gesto de Getúlio Vargas em 1937, quando do golpe que instalou o Estado Novo e o regime ditatorial que duraria até 1945. Enquanto isso, as oposições preparavam um encontro suprapartidário com apoio de outras entidades da sociedade civil.

Neste ponto da cobertura, não existe ainda algo como o nome “Diretas Já”, que mais tarde entraria para a história brasileira. O movimento é chamado de “campanha nacional pelas diretas”, “campanha pró-diretas” ou “mobilização nacional pelas diretas”. No dia 15, a Folha anuncia que um grupo de pedessistas decidiu apoiar a mobilização. A campanha começava a ganhar corpo finalmente no dia 26 de novembro, quando foi lançado o movimento “Fala Brasil”, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, com a presença de sete governadores ou representantes destes: Cibilis Viana (representando Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro), Gilberto Mestrinho (AM), Tancredo Neves (MG), Franco Montoro (SP), Íris Resende (GO), José Richa (PR) e Ramez Tebet (representando Wilson Martins, governador do Mato Grosso do Sul).

Em 27 de novembro, a Folha era clara no seu apoio à campanha: “Eleição direta é o caminho”, dizia a manchete, em referência ao lançamento do “Fala Brasil”. O jornal saiu em franca e deliberada defesa da campanha, encampando totalmente a bandeira das direitas, antes mesmo da comoção popular que viria na seqüência. Vale lembrar que, naquele momento, o governador do estado de São Paulo, Franco Matoro, é um dos principais líderes da campanha. Ainda assim, o jornal manteve espaço para as opiniões contrárias. Em seu editorial, a Folha fez uma convocação aos paulistanos para a participação no comício programado para o dia seguinte, na Praça Charles Müller, em frente ao Estádio Pacaembu:

A cidade de São Paulo se prepara hoje para a primeira manifestação pública de caráter suprapartidário a favor das eleições diretas para a presidência da República. Mais do que o anseio de grupos ou setores, trata-se de uma exigência nacional longamente amadurecida na reflexão e na prática (27/11/1983, p. 2).

Ainda no dia 27, o governador Franco Montoro assinou artigo dizendo que a “nação tem o direito de ser ouvida”. Na página 8, a matéria “Tudo pronto para o ato público no Pacaembu” mostrava que, naquele momento, o nível de envolvimento popular na campanha ainda era tímido:

Das pessoas que circulavam ontem pelo local, a maioria ainda ignorava a manifestação de amanhã, e muitas delas expressavam sua falta de confiança nos dirigentes políticos. Um engenheiro civil, que preferiu não se identificar, afirmou que os líderes contemporâneos “não possuem mais a força de galvanizar a opinião pública”, invocando a era JK, para “provar” que “o que falta, hoje, no Brasil, é carisma e autoridade”. Já a investigadora de Polícia Ana Maria Souza Moreira Cândido disse não acreditar que essa manifestação venha a mudar “o atual panorama” (27/10/1983, p.8).

A participação no comício, que contou com cerca de 15 mil pessoas, segundo a Folha, era um indício de que a campanha ainda “não havia decolado” entre a população, apesar da mobilização da imprensa e das oposições. Na edição do dia 29 de novembro, o então secretário-geral da Comissão Executiva do PT, Francisco Weffort, admitia que a presença do público tinha ficado aquém do esperado e citava os culpados: a falta de mobilização do PMDB, representada na ausência do governador paulista Franco Montoro no ato. Apesar disso, o partido prometia mais mobilizações. Por sua vez, os peemedebistas garantiam que iriam intensificar a campanha como resposta às tentativas de setores do governo de neutralizar a mobilização oposicionista. Já o presidente Figueiredo descartava um mandato-tampão para si mesmo como forma de conter a crise.

Ainda no dia 29, o jornalista Paulo Francis, falando diretamente de Nova York, dizia que o conselheiro econômico do governo norte-americano de Ronald Reagan, Alan Greenspan, era favorável às diretas. De acordo com o pensamento de Greenspan, a mudança no processo eleitoral seria uma forma de conter a crise econômico-social por que passava o Brasil. O temor era de que a instabilidade levasse o país a uma ditadura de extrema direita nacionalista, argumentava Francis.

De fato, ficava claro que a campanha pelas diretas não havia atingido as massas. Ainda era uma mobilização restrita às negociações entre políticos, às especulações e aos rumores. Ao mesmo tempo, as oposições sabiam que precisavam arregimentar a população como forma de legitimar a reivindicação. Esse objetivo só começou a ser alcançado em janeiro de 1984, com uma data em particular: 12 de janeiro. Naquela noite, cerca de 50 mil pessoas foram às ruas de Curitiba em apoio à campanha. Na edição do dia seguinte, a Folha se entusiasmava com a surpreendente demonstração de força dos paranaenses:

Os mais otimistas esperavam 30 mil. E vieram, no mínimo, 50 mil (houve até quem calculasse em 60 mil), uma multidão alegre e pacífica que, durante quase quatro horas, prestigiou o comício com que os partidos de oposição lançaram a campanha nacional pelas diretas. Curitiba quase parou após o início da manifestação: espalhou-se pela cidade um clima de feriado (13/01/1984, p. 1).

A resposta do regime, replicada em matéria secundária logo abaixo da grande matéria sobre o comício, foi irônica. “Que comício? Ninguém sabe onde é”, diz o porta-voz do Planalto, Carlos Átila. No dia seguinte, a Folha relatava que “setores do governo” já admitiam que o anseio pelas diretas era geral, mas alegavam que a forma indireta estava na Constituição. O ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, em tom premonitório, disse que a mobilização não teria força para convencer o Congresso a aprovar qualquer mudança constitucional. Na página 5, o então senador Fernando Henrique Cardoso criticou a cúpula do PDS, que no dia 10 de janeiro havia anunciado posição contrária às eleições diretas. FHC argumenta que o partido cometeu um “erro histórico”.

Plenamente engajada na campanha, a Folha destacava, no dia 15 de janeiro, o crescimento da mobilização para o “comício-monstro” a ser realizado em São Paulo em 25 de janeiro, na Praça da Sé. No meio do texto, o jornal ressaltava um problema para a campanha: um suposto boicote de certas redes de rádio e televisão, citando, inclusive, o programa Jornal Nacional, da Rede Globo, que teria ignorado o ato de Curitiba. No Rio de Janeiro, uma

passeata no dia anterior reunira apenas mil pessoas, frustrando os organizadores, que culpavam a falta de apoio ostensivo do governo Leonel Brizola, a má divulgação do ato e o calor de 40 graus para a pequena participação popular.

É a partir desse momento que a campanha toma novos rumos. Até meados de janeiro, o movimento pelas diretas fora basicamente uma mobilização de políticos, de gabinete, nos âmbitos partidários. Os atores são governo, oposição, governadores, parlamentares, Paulo Maluf, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Brizola, Figueiredo, Lula, entre outros. O “público” propriamente dito passa ao largo de toda a discussão. Mas algo tomou as ruas brasileiras a partir de janeiro de 1984. Nascia um movimento verdadeiramente popular, cujo ator principal não tem nome: era a multidão, um corpo uniforme que passará de figurante a protagonista. Para o comício da Sé, em 25 de janeiro, a previsão dos organizadores era de 100 mil, mas a edição do dia seguinte da Folha de São Paulo anunciou “300 mil nas ruas pelas diretas”, com uma enorme foto ocupando quase toda a capa a mostrar a força daquele povo. Citando a presença de políticos e artistas, o jornal ressaltava:

Mas o verdadeiro herói foi outro: a multidão, as 300 mil pessoas que provaram ser possível (e desejável) fazer política com amor, garra e alegria. O povo se manifestou, cantou, dançou: trouxe bandeiras, vestiu camisetas, vaiou, aprovou. E nem a chuva, que por três horas fustigou o comício, conseguiu dispersá-lo. O povo se aglomerava, discutia (ali havia adeptos do PT, PMDB, PCB, PC do B, PTB, PDT, e até mesmo alguns solitários pedessistas), pulava. E, no fim do dia, havia apenas quatro ocorrências policiais – dois furtos, um ladrão preso, um caso de embriaguez ao volante. Muitas crianças, e até bebês, estavam na multidão; era uma festa, medo de quê? (26/01/1984, capa).

Havia uma confusão de números. A Folha falava em 300 mil pessoas, outras fontes (polícia, governo) falavam em 100 mil, 130 mil, 200 mil. Mas naquele ponto, os números já não importavam mais:

“Perguntam se há aqui 300 ou 400 mil pessoas”, disse o governador de São Paulo Franco Montoro, no discurso de encerramento do grande comício. “Mas a resposta é outra: aqui na praça estão presentes as esperanças de 130 milhões de brasileiros.” E foi aplaudido com entusiasmo – na verdade, seus números é que estavam certos. (26/01/1984, capa).

No Planalto, as reações foram curiosas. O porta-voz do regime, Carlos Átila, minimizou as manifestações e, de certa forma, tentou mostrar que o governo tem legitimidade. Questionado pela Folha, ele disse que o comício foi “inexpressivo”, citando os 54 milhões de votos recebidos pelo PDS nas eleições de 1982, mas esquecendo que o PMDB

tinha recebido 5 milhões a mais de votos naquele pleito. Ainda na mesma edição, o líder do governo, deputado Nelson Marchezan, lançava uma nova tese política: “O caminho mais prudente e rápido para as eleições diretas é a manutenção das eleições indiretas em 1985. É o caminho de quem pensa um pouco além dos seus interesses pessoais e mesmo dos interesses partidários, por mais legítimos que sejam” – disse o parlamentar em reportagem na página 4.

A manifestação de Marchezan era um sinal de que a resposta do governo mudará a partir de então. Se até ali a questão era diretas ou indiretas, a mobilização popular mostrava que não era mais possível ignorar os anseios por eleições diretas. A questão passa a ser: diretas quando? É aí que surge o termo “diretas já”. Assim, o regime passará a mostrar-se mais simpático à idéia das diretas, argumentando, contudo, que o país ainda vivia uma situação de instabilidade e que o melhor era uma decisão indireta para escolher o sucessor de Figueiredo, ficando a eleição direta adiada para mais tarde (1988, 1989 ou 1990).

A mobilização popular também dificultava a análise das oposições, que parecem surpresas com o rumo da campanha. Isso fica claro na reunião do comitê paulista pró-diretas realizada em 7 de fevereiro, marcada por tumultos e divergências a respeito de dois pontos: a marcação ou não de outro ato público nos moldes do comício da Sé e a inclusão ou não de outras entidades civis no comitê diretivo (não havia consenso sobre a participação dessas entidades nas reuniões e se elas teriam poder de voto). Também não havia clareza sobre a data em que a Emenda Dante de Oliveira seria votada: 11 ou 25 de abril. Artigo assinado pelo jornalista Galeno de Freitas na página quatro da edição de 8 de fevereiro alertava que “diferenças de enfoque geram vacilações em torno da campanha”.

No dia 10 de fevereiro, o líder do PDS, deputado Jorge Arbage, propôs adiar a votação da emenda para agosto, o que contraria os interesses da oposição. Por sua parte, as lideranças paulistas começavam a articular um comício para abril no Largo do Anhangabaú, em São Paulo, em data às vésperas da votação da emenda. No dia seguinte, a manchete principal da Folha anunciava que “Aureliano prefere diretas já”, em referência ao então vice-presidente Aureliano Chaves.

Ao longo do mês de fevereiro, a Folha preparou uma maciça cobertura da campanha pelas diretas em todo o país. O jornal apresentou um roteiro de programação com cada manifestação nas cidades brasileiras e um “placar das diretas”, entrevistando deputados e



senadores sobre suas intenções de voto. Nas capas, personalidades como Carlos Drummond de Andrade, Ângela Maria, Beth Carvalho, Ayrton Senna, Zico, João do Pulo e Telê Santana davam seus depoimentos a favor das diretas em diferentes edições do jornal. Além disso, praticamente todas as capas durante o mês de fevereiro trouxeram como matéria principal uma referência à campanha.

Na edição de 19 de fevereiro, uma declaração de Ulysses Guimarães dava mostras de que o clima de tensão começava a se espalhar pelo país. Na matéria principal da capa do jornal, o deputado disse que o presidente Figueiredo “deveria arrebentar esse Colégio Eleitoral, que tranca a porta da abertura e o caminho para a democracia”.

Em 25 de fevereiro, a Folha repercutia “comício-monstro” em Belo Horizonte, com a participação de cerca de 300 mil pessoas, no dia anterior. Com uma imensa foto em sua capa, o jornal destacava que mais de um milhão de pessoas já tinham ido às ruas do país encampando o movimento desde o ato de Curitiba, em 12 de janeiro. Mais uma vez, nas matérias do jornal e nos relatos dos envolvidos, percebe-se o clima de festividade cívica, de tranquilidade e de participação madura, mas contestatória. O Brasil parecia tomado por uma súbita corrente de esperança

A democracia é sempre uma festa, bancos fechando logo depois do almoço, repartições públicas dispensando seus funcionários. Quem haveria de querer ficar de fora, ouvindo o barulho que vinha das ruas, despertando a todos? Três da tarde, no “pirulito” – como os mineiros chamam o obelisco comemorativo do centenário da Independência na Afonso Pena – a festa começa oficialmente, com o hasteamento da bandeira brasileira levada em passeata até lá. (25/02/2008, capa)

No dia seguinte, a Folha publicou uma pesquisa feita apenas com eleitores do PDS. O levantamento mostrava que, mesmo entre os apoiadores do regime, a proposta pelas diretas era vista com simpatia. Mais de 73% dos entrevistados disseram apoiar o movimento.

Em 4 de março, um domingo de Carnaval, a Folha anunciou que o “Governo age contra as diretas-já”. Surgiam boatos de que o regime enviaria ao Congresso uma proposta para derrubar o movimento pelas diretas, a chamada Emenda Leitão, nomeada em função do chefe da Casa Civil, ministro João Leitão de Abreu. A emenda seria votada junto com a Dante de Oliveira e proporia eleição diretas para 1988. De acordo com a reportagem da Folha, o objetivo da proposta era:

[...] atrair área do PDS que, antes a pressão popular pelas diretas, deveriam aliar-se à oposição. Ela contém em seu bojo a possibilidade de deputados e senadores do PMDB, do PDT e do PT votarem contra as decisões de suas direções, sem a perda de mandato. (04/03/1984, capa)

Em face dessa iminente mudança de rumos no posicionamento do governo militar, que antes simplesmente ignorava o movimento popular, uma reportagem assinada pelo jornalista Nélio Lima, na página 5, analisava os importantes acontecimentos que transcorriam no Brasil e destacava novidades no jogo político:

As eleições diretas estão asseguradas e a questão é saber quando ocorrerão: ainda este ano ou só em 1988. Mas se há essa dúvida, desde agora é possível recolher uma certeza – o processo político está mudando rapidamente. E vai mudar mais ainda. Dificilmente o sucessor do presidente Figueiredo surgirá de uma candidatura caracterizada exclusivamente do PDS. (...) Embora fracionado e não admitido abertamente pelo governo e pelas oposições, está em curso um processo de negociação política. E, tal como aconteceu com o Grupo Participação ano passado, agora o Grupo Pró-Diretas do PDS caminha para ser o fiel da balança. (04/03/1984, p. 5)

O Carnaval de 1984 foi tomado pelo clima de esperança e politização que se espalhava pelo país. Matéria do repórter Ricardo Kotscho na capa da Folha de São Paulo em 7 de março, na quarta-feira de cinzas, sob o título de “Do Carnaval fica a esperança”, exemplifica isso:

De ponta a ponta do Brasil, foi o Carnaval mais animado dos últimos anos. No auge da crise econômica, mas com uma esperança enorme de que novos tempos estão chegando, no embalo do mote “diretas-já”, que se esparramou pelas arquibancadas, enfeitou fantasias, invadiu as ruas e inspirou sambas e marchinhas, o País viveu um Carnaval mais brasileiro do que nunca. (07/03/1984, capa)

Em 8 de março, ficou definido que a Emenda Dante de Oliveira seria votada pelo Congresso no dia 25 de abril, após acordo na reunião dos líderes partidários. Embora a proposta do PMDB fosse votar a emenda em 11 de abril, a data acabou agradando as oposições. Enquanto isso, a Folha destacou em 9 de março que o regime preparava um contra-ataque definitivo: a Emenda Leitão já estaria pronta e redigida em sigilo. Seguiu-se uma série de rumores e boatos sobre o conteúdo da proposta do governo, incluindo uma suposta ideia de implementação do parlamentarismo no Brasil. A isso, o PMDB respondeu recusando qualquer entendimento para que a eleição direta no país fosse adiada para 1988. Finalmente, em 15 de março, o presidente Figueiredo anunciou em rede nacional de televisão que não enviaria ao Congresso emenda alternativa à Dante de Oliveira.

No dia 22 de março, cerca de 200 mil pessoas participaram de passeata e comício na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em apoio ao movimento das diretas. Ainda é um número pequeno comparado às manifestações que vão ocorrer em abril de 1984. O fim do mês de março foi marcado por muitos boatos, principalmente sobre o envio da emenda constitucional que restabeleceria as eleições diretas em 1989, mesmo com a afirmação de Figueiredo de que não proporia uma emenda alternativa à Dante de Oliveira. Dentro do PDS, o clima também era de indefinição, e o partido não conseguiu aprovar, em 28 de março, uma moção pró-Colégio Eleitoral, dificultando ainda mais a definição de uma estratégia consistente e uniforme entre os pedessistas. Estabelecia-se, assim, a divisão dentro do partido, a qual será fundamental para os rumos do processo eleitoral após a derrota da Emenda Dante de Oliveira.

Com a proximidade da votação, o país se via em acalorada discussão política, em escala poucas vezes vista antes. Em um passo polêmico, o comitê suprapartidário pró-diretas propôs a convocação de uma greve geral para o dia 25 de abril, mas a ideia foi mal recebida e acabaria rechaçada pela opinião pública, sendo descartada pelas oposições. Ainda assim, fica estabelecido que o país entrará em clima de vigília no dia da grande votação.

Depois de muito debate e indefinições, foi marcado um comício para 16 de abril, uma segunda-feira, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, como fechamento em grande estilo da campanha. A expectativa dos organizadores era de contar com a presença de um milhão de pessoas. É mais ou menos esse o público que participou da gigante manifestação nas proximidades da Igreja Candelária, no centro do Rio de Janeiro, em 10 de abril. O comício durou mais de cinco horas e dele participaram autoridades, artistas e políticos, além, claro, da imensa multidão.

"É o Rio de Janeiro, velho..." Olhando para aquela multidão, o amigo nada mais disse, nem lhe foi perguntado. Nem era preciso dizer mais nada, depois do abraço, marmanjos de olhos marejados, a não ser que é o Rio de Janeiro, sim, mas é acima de tudo o Brasil, palco da maior e mais fantástica manifestação popular de todos os tempos. Depois desse comício do Rio de Janeiro, apoteose de uma travessia que começou timidamente em São Paulo, com umas 15 mil pessoas pedindo eleições diretas, em frente ao estádio do Pacaembu, no longínquo mês de novembro do ano passado - e faz apenas seis meses - ninguém, nunca mais, ousará falar em consenso ou negociação, que não seja o consenso das eleições diretas já, aqui e agora. Se alguém ainda tinha alguma dúvida antes deste histórico 10 de abril, que fique sabendo que o Brasil se reencontrou definitivamente com seu destino, na grande cruz formada pelo mar humano que, a partir da Candelária, inundou a Avenida Presidente Vargas, para lá da Praça da República, e a Avenida Rio Branco até a Cinelândia, de um lado, até a Praça Mauá de outro, explodindo num grito só, há muito tempo parado no ar, ao mesmo tempo de basta e de esperança. (Folha de São Paulo, 11/04/1984, capa)

No dia 12 de abril, ganhava as manchetes dos jornais do Brasil uma curiosa declaração de Figueiredo, durante visita presidencial ao Marrocos. De acordo com a Folha de São Paulo, o presidente teria confidenciado ao deputado paulista Alcides Franciscato uma certa “simpatia” pelas eleições diretas. “Essa bandeira é minha. É minha e do povo brasileiro. Porque fui eu quem levantou na África a bandeira das eleições diretas. Agora, a oposição está desejando pegar nossa bandeira”, teria dito Figueiredo. Ainda segundo Franciscato, o presidente afirmou que as diretas-já representavam “uma reforma abrupta e inconsistente. É fazer uma coisa que não é a verdadeira democracia que o povo brasileiro deseja. A emenda que eu vou mandar ao Congresso é para a implantação de um regime e definitivo”. Nos dias seguintes, o regime iria negar as declarações.

Em 14 de abril, a Folha festejava a participação de 200 mil pessoas em comício em Porto Alegre, destacando que o Rio Grande do Sul era então governado por Jair Soares, do PDS. A manifestação contrastou com as cerca de cinco mil pessoas que haviam participado do primeiro comício na capital gaúcha, em 13 de janeiro. Nessa mesma edição, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Rubem Ludwig, declarou, em tom de desabafo ao analisar o momento político do Brasil, que “estão montando a baderna. Estão investindo na violência”.

A resposta à Ludwig vem no dia 16 de abril, no comício no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. De acordo com a Folha, Lula se transformou no orador mais aplaudido da noite ao afirmar que “baderna era o Colégio Eleitoral”. O comício em São Paulo foi, aliás, descrito como “a maior manifestação popular da história do Brasil”, com presença estimada de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas. Era o fim apoteótico de um movimento histórico para a vida política do país.

Mais de um milhão de pessoas em silêncio, mãos entrelaçadas, braços para cima. Ao sinal do maestro Benito Juarez, da Orquestra Sinfônica de Campinas, a multidão cantou o Hino Nacional. Do céu caía papel picado, papel amarelo, a cor das diretas, brilhando à luz dos holofotes. No Vale do Anhangabaú, muita gente chorou. Houve outros momentos de emoções na maior manifestação popular já ocorrida no Brasil: houve choro quando chegou ao palanque um gigantesco boneco do senador Teotônio Vilela, ao som do “Menestrel das Alagoas”; quando a Sinfônica de Campinas tocou a Quinta Sinfonia de Beethoven, cujo prefixo iniciava os noticiosos da BBC durante a guerra contra o nazismo; quando a Corporação Musical Artur Giambelli, de Limeira, tocou o “Cisne Branco”, hino da Marinha de Guerra. (Folha de São Paulo, 17/04/1984, capa)

Mas enquanto em São Paulo o clima era de euforia, em Brasília o regime finalmente oficializava o contra-ataque. Exatamente às 20h30min daquela segunda-feira, no Distrito

Federal, enquanto o comício de São Paulo se encerrava, Figueiredo anunciava em rede nacional a proposta do governo: eleições diretas em 1988.

A poucos dias da votação da Dante de Oliveira, a Folha de São Paulo passou a usar, na parte de cima da capa do jornal, uma faixa amarela com os dizeres “Use amarelo pelas diretas-já”. A ofensiva do jornal era clara e contundente. No dia 22 de abril, o jornal publicou os telefones de todos os congressistas em Brasília e exibiu fotos de várias manifestações pelo país. Enquanto isso, o governador mineiro Tancredo Neves articulava um entendimento e repelia “intransigências”:

“A vida das nações não se faz com intransigências que eliminam oportunidades de convivência saudável e respeitosa”, advertiu ontem o governador de Minas, Tancredo Neves, ao defender o entendimento entre as lideranças políticas da Nação “a fim de que encontrem na paz e na honra caminhos novos para nossa pátria”. (22/04/1984, capa)

Tancredo se estabelecia cada vez mais como voz negociadora das oposições em caso de derrota da emenda pró-diretas. Ao contrário de outras lideranças, como Ulysses, Lula e Brizola, que “condenam” e “recusam”, e assim por diante, as ações do regime, as declarações de Tancredo eram marcadas por expressões tais como “entendimento”, “negociação”, “paz” e “acordo”. Em entrevista coletiva concedida em Belo Horizonte em 23 de abril, o governador mineiro destacou que “*aceita* liderar as negociações entre as oposições e o governo”. O termo “aceitar”, em um ato de concessão e entendimento, não poderia ser um exemplo mais categórico da estratégia conciliatória e mediada que Tancredo tomaria naqueles dias, pensando já à frente do processo em curso e na possibilidade de assumir o governo por via indireta. É o caminho que, como viríamos mais adiante, sairia consagrado no Colégio Eleitoral. A atitude de Tancredo, contudo, desagradava parte das oposições, gerando, inclusive, repúdio do comitê nacional pró-diretas, que desautorizou Tancredo a falar em nome do movimento. Editorial publicado pela Folha de São Paulo em 24 de abril dizia que “num momento em que as forças que defendem o direito de autogoverno sofrem os ataques concentrados do Planalto, a atitude do governador Tancredo Neves tem um efeito desmobilizador. É como se alguém, de dentro da fortaleza, viesse em ajuda dos que a cercam”. Para Tosi Rodrigues (2003), esse é um reflexo da necessidade que as oposições enfrentavam, nos últimos dias antes da votação, de reestruturar a dinâmica dos últimos lances e manter o clima de festividade cívica no país.

Quando o dia 25 de abril finalmente chegou, a Folha destacou, com uma foto imensa de um policial militar, do cerco montado pelo governo às rampas de acesso ao Congresso. O sítio durou cerca de três horas, mas foi levantado após reunião dos ministros militares, que aceitaram pedidos dos parlamentares.

Houve duas explicações oficiais para as providências governamentais: o porta-voz do general Newton Cruz, executor das medidas de emergência, disse que simplesmente foi antecipado em 24 horas o esquema de segurança que seria adotado apenas hoje, para impedir o acesso ao Congresso de todas as pessoas que não estiverem devidamente credenciadas. O bloqueio serviria também para impedir uma passeata dos estudantes, do Congresso até a torre de televisão. Para o porta-voz da Presidência, Carlos Atila, tudo não passou de "reforço de policiamento". Atila rejeitou a classificação de "cerco", considerando a palavra muito drástica. (25/04/1984, capa)

A votação começou às 9h da manhã e se estendeu até a madrugada. O país acompanhou apreensivo em ritmo de final de Copa do Mundo. O resultado foi um retumbante *Maracanazo*: por 22 votos, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada. No dia seguinte, o clima era de frustração e indignação na Folha de São Paulo. Em letras garrafais e com direito a ponto de exclamação, o jornal fez um pedido em sua manchete principal: "Use preto pelo Congresso Nacional. A nação frustrada! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas". O editorial, publicado na capa e chamado de "Cai a emenda, nós não", bradava que a rejeição da emenda não era o fim do sonho das diretas, em uma clara tentativa de manter viva a chama da mobilização:

Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da história se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação. A tudo isso alguns congressistas disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações de amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. (26/04/1984, capa)

Com a Emenda Dante de Oliveira rejeitada, seguiu-se um momento de impasse e desarticulação. Não havia entendimento para acordo. Surgiram várias propostas, nenhuma com o grau de unidade que a Dante havia arregimentado, principalmente entre as oposições, que perderam a peça institucional que as unia. Assim, ainda que alguns setores do PMDB e do PT tentassem insistir na mobilização, não havia mais um aparato político capaz de unir a oposição ao regime. Também frustrada, a população acabou desmobilizando-se. Derrotada em

plenário, a oposição prometeu continuar na luta pela eleição direta, mas já havia naquele momento um descompasso entre as lideranças do movimento e a “massa”. Assim, em uma só tacada, as oposições perderam dos dois lados: a emenda foi rejeitada, encerrando o instrumento jurídico que havia dado início a toda mobilização, e o capital político que havia legitimado a reivindicação pela direitas evaporou-se. Sem os dois, não haveria como prosseguir.

No feriado de 1º de maio, foram marcadas novas manifestações em todo o país, mas a participação foi pequena. De acordo com matéria publicada na Folha de São Paulo no dia seguinte, apenas 10 mil pessoas acompanharam comício com a presença de Ulysses Guimarães em São Paulo. Os organizadores esperavam 100 mil. No Rio, Tancredo e Brizola foram vaiados ao discursarem para 50 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, costurava-se uma decisão de gabinete. De um lado, uma parcela da oposição, liderada pelo PT, relutava em desistir das eleições diretas. De outro, o regime propunha eleições para 1988. Em meio a isso, Brizola defendia uma campanha pela instalação de um mandato-tampão, capaz de apaziguar os ânimos. Já Tancredo, “disposto a ajudar Figueiredo”, conforme a capa da Folha de São Paulo de 4 de maio de 1984, liderava a oposição conciliatória, enquanto Paulo Maluf e Mário Andreazza duelavam pelo voto da situação no Colégio Eleitoral, dividindo, assim, o governo e o PDS. A capa de 6 de maio da Folha mostrava, com certo exagero, o delicado momento vivido pelo país. A manchete no topo da página dizia “Diretas ou guerra civil, alerta cardeal”. A previsão nada animadora era do cardeal-primaz do Brasil, D. Avelar Brandão. Nessa mesma edição, a Folha defendeu, em seu editorial com nome de “Governadores, volver”, uma mudança de rumos para o impasse:

Não tem cabimento nenhum a tese assumida por alguns setores oposicionistas segundo o qual o momento e o lugar de mobilização é necessariamente anterior e exterior ao momento e lugar da negociação. Essa é uma concepção “etapista” e mecânica, arraigada em certa tradição autoritária das elites e esquerdas brasileiras, que concebem o povo como ente abstrato, mera figura de retórica ou massa de manobra para os conchavos de cúpula. O fato é que os governadores Tancredo Neves, Franco Mantoro, Leonel Brizola e José Richa (...) continuam a agir como se nada tivesse ocorrido no Brasil nos últimos cinco meses, como se a palavra que empenharam em praça pública diante de milhões de cidadãos não valesse hoje coisa alguma. Como se a mobilização popular tivesse agora que refluir para dar passagem aos “experts” da política, que decidirão mais uma vez em nome da sociedade, à luz de velas, o que ela não quer e contra o que ela exige. (06/05/1984, p. 2)

É essa negociação de cúpula que permitirá a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral. No dia 9 de maio, a Folha publicou uma matéria em que o então governador de Minas Gerais

se mostrava “disposto a aceitar a continuidade da mobilização popular pelas Diretas Já, mas quer evitar que a campanha se transforme em fator de polarização, que inviabilize futuras negociações”. Aos poucos, a negociação política em torno do pleito no Colégio Eleitoral dominava totalmente a pauta, enquanto o tema das eleições diretas vai progressivamente deixando as páginas do jornal. No dia 15, a matéria principal do jornal anunciava que o “PMDB busca nome ambivalente”. Tal nome teria o perfil político de Tancredo, argumentava o texto. Começa a ganhar força a presença política, conciliatória e quase silenciosa do então governador mineiro.

O anúncio de Tancredo como nome de consenso dentro das oposições não poderia ser mais significativo da conciliação que se buscou após a derrota da Emenda Dante de Oliveira. Político experiente, Tancredo havia sido primeiro-ministro durante a curta experiência parlamentarista do Brasil no governo João Goulart entre 7 de setembro de 1961 e 26 de junho de 1962 e já circulava nos meandros da alta política desde o segundo governo Getúlio Vargas, quando foi nomeado ministro da Justiça. Era um político conhecido e de gabarito, mas não tinha o apelo popular de Ulysses ou Brizola. Já antes da mobilização pelas diretas, Tancredo havia trabalhado pela saída conciliatória e via ali uma ponte para chegar à presidência da República.

### **2.3 ZERO HORA**

O jornal Zero Hora foi fundado em 4 de maio de 1964 em Porto Alegre e pertence ao Grupo RBS, filiada da Globo nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo o maior grupo de comunicação da região. O jornal é diário e de abrangência regional, tendo uma das maiores tiragens da Região Sul do Brasil.

Diferentemente da Folha de São Paulo, a cobertura da Zero Hora sobre o movimento das Diretas Já é bem mais contida. As principais fontes do jornal são as oficiais e os líderes da oposição, não há um posicionamento abertamente pró-diretas. Além disso, por ser um jornal de alcance regional, Zero Hora busca identificação com personalidades locais, sempre ressaltando a visão gaúcha sobre o evento. No dia 19 de dezembro, por exemplo, ZH deu bastante espaço para uma entrevista com Leonel Brizola, que propunha um mandato-tampão para Figueiredo: governo de transição por um ano até a convocação de eleições diretas e de



uma nova constituinte. Esse espaço às lideranças locais será a tônica de toda a cobertura do jornal.

Em novembro, o principal foco da cobertura de Zero Hora são os movimentos do PDS e do regime. Quando há destaque na capa (o tema das diretas normalmente perde para os assuntos do dia-a-dia, como questões locais, economia ou futebol), a visão é oficial: “Figueiredo: Sou pela diretas, mas o PDS não se conformaria” (17/11/1983), “Diretas: PDS tem projeto para plebiscito” (18/11/1983), “Figueiredo reitera: apóia as diretas, mas PDS é quem decidirá” (19/11/1983). No dia 27, ZH deu espaço para as oposições, com o lançamento do movimento pelas diretas em São Paulo. O maior destaque ia para Ulysses Guimarães. No dia 8 de dezembro, Figueiredo criticou a “pressa na abertura”. No dia 19, a matéria principal foi a já citada entrevista com Brizola. No dia seguinte, ZH anunciava que Ulysses pretendia se candidatar à presidência. Pelas oposições, PMDB e PDT eram os partidos que ganham mais voz na cobertura do jornal.

Em janeiro, ficava claro que o tema das diretas não era o preferido dos editores de Zero Hora. Quando a campanha começava a fervilhar em todo o país, ZH deu apenas duas capas ao assunto: em 14 de janeiro, dia seguinte a uma passeata em Porto Alegre, e 26 de janeiro, quando do comício em São Paulo. Ainda assim, nenhum dos temas dominou a capa. No dia 26, a chamada sobre o comício na capital paulista na capa do jornal apareceu em terceiro plano, perdendo para o aumento do preço da gasolina e para o futebol, com a possível transferência do meia Mário Sérgio para o Internacional.

Sobre a passeata em Porto Alegre, ZH a tratou como se fosse um ato do PMDB. “PMDB na rua pelas diretas” foi a manchete do jornal. Apesar da presença de 10 mil pessoas, tratava-se de “uma caravana do PDMB”. Os líderes Ulysses, Tancredo e Simon foram fotografados andando pelo centro de Porto Alegre. Não há nenhuma menção ao ato nos editoriais do jornal. Na página 8, a matéria principal sobre a passeata anunciava um ato com “muita gente e sem tumulto”. Um artigo de Carlos Fehlberg tentou responder o que o PMDB, e não as oposições, o povo, ou qualquer outra coisa, buscava:

O PMDB já sabe que o governo e seu partido fincaram pé na manutenção das regras do jogo, isto é, na eleição direta, mas precisamente por isso é que despertou cedo para a busca de outra posição. E esta só virá através de uma pressão popular ou de um entendimento político que possibilite uma alteração constitucional (p.8, 14/01/1984).

No dia 22, Zero Hora destacou que o “PDS deflagra campanha”, referindo-se à campanha presidencial. Novamente, ZH apelava para as lideranças locais: Brizola diz que já é possível preparar os títulos eleitorais, enquanto Jair Soares dizia que as indiretas já estavam sacramentadas. O tom da cobertura mudou um pouco por ocasião do comício de São Paulo, em 25 de janeiro. No dia seguinte, ZH destacava que “Multidão exige diretas no comício de São Paulo”. Abaixo, uma legenda anunciava: o grande comício, a multidão, a presença de Brizola, a ausência de Tancredo. Estes eram os principais temas tratados pela reportagem do jornal. A matéria sobre o comício aparecia no meio do jornal, nas páginas 12 e 13. No segundo parágrafo, ZH contou que:

Grupos ligados ao PT tumultuaram a parte final do comício vaiando o governador Leonel Brizola. Houve vaia, desta vez, generalizada, para o governo Franco Montoro e o prefeito da capital, Mario Covas (p.12, 26/01/1984).

Na matéria secundária, o texto descrevia as principais falas da noite, com os discursos de Brizola e Lula, entre outros. O tom era discreto, distante, sem passagens emocionadas, bastante diferente das matérias da Folha de São Paulo sobre o mesmo assunto.

No mês de fevereiro, o tema das diretas começou a ganhar mais destaque no jornal, aparecendo várias vezes com chamada nas capas. Em 3 de fevereiro, ZH anunciava que a “Oposição teme uma manobra contra diretas”. Nas páginas de política, as matérias destacavam uma série de rumores dos bastidores do Planalto. No dia 8, o jornal veiculou que estava decidido que a Emenda Dante de Oliveira seria votada em abril: no dia 11, como queria a oposição, ou no máximo no dia 25. No dia seguinte, ZH apresentava dois lados sobre o assunto. Na página 17, o ministro Leitão admitia o estabelecimento de eleição direta em 1990. Já na página 16, ZH anunciava uma frente parlamentar para lutar pelas diretas. Em 15 de fevereiro, a capa do jornal dizia que “Diretas reúnem Figueiredo com presidenciáveis. O Planalto estaria buscando unidade contra a campanha pelas diretas já em 1984 ou 1985. No dia 16, ZH estampou em letras garrafais que o “Governo fecha questão contra diretas agora”.

O tema das diretas ganhava nitidamente mais espaço e um tratamento mais diferenciado, mas as fontes seguiam sendo o PMDB, o PDS e às vezes o PDT. Não havia muita menção sobre as manifestações pelo Brasil, com exceção dos grandes comícios. Foi o caso da edição de 25 de fevereiro, que relatou o comício realizado em Belo Horizonte no dia

anterior: “Diretas: 150 mil pessoas no comício em BH”. O subtítulo destacava que o ato foi calmo e organizado e contou com a participação de sete governadores, líderes políticos e vários artistas de renome.

Metade das 150 mil pessoas que, segundo a Secretaria de Segurança Pública de Minas, assistiram ao comício pelas diretas eram mulheres. E a maioria jovens. Havia até menino carregando faixas do tipo “papai e mamãe nunca votaram para presidente”. Boa parte das faixas, assim como dos slogans, pedia para votar para presidente, coisa que a quase totalidade dos presentes nunca tinha feito. (03/02/1984, p. 8)

Em março, se intensificou o debate sobre a data de votação da Dante de Oliveira. O PMDB queria a votação em 11 de abril, enquanto o PDS estabelecia o 25 de abril. O partido governista acabaria vencendo essa disputa e no dia 8 de março ficou definido que a votação seria em 25 de abril. Na edição de Zero Hora de 9 de março, a jornalista Ana Amélia Lemos afirmava, na coluna ZH/Brasília, que a estratégia do governo era derrubar as diretas. Na página 9, reportagem de Aglaé Lavoratti descrevia o dilema dentro da base governista:

A divisão existente hoje, dentro do governo e das principais lideranças do PDS, é responsável pela falta de iniciativa do Palácio do Planalto no combate à mobilização pelas diretas já para o sucessor do presidente Figueiredo. A tese do líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, de que é necessário o envio urgente ao Congresso, pelo Executivo, de uma emenda constitucional que restabeleça as eleições diretas para presidente em 88, acompanhada de uma ampla reforma constitucional, apesar de ter o apoio do ministro Leitão de Abreu, é combatida pelo senador José Sarney e pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. (09/03/1984, p. 9)

Em 16 de março, ZH repercutiu as declarações de Figueiredo durante programa comemorativo aos cinco anos de seu governo, transmitido no dia anterior em rede nacional de rádio e televisão. O presidente prometeu eleições diretas, mas só para “futuras sucessões”. O discurso foi baseado na ideia de que era preciso consolidar as instituições democráticas antes de mudar as regras do jogo. Zero Hora reproduziu trechos da entrevista de Figueiredo:

Agora, indiretas. Esta é a norma constitucional. Temos um Colégio Eleitoral eleito pelo povo em 1982. Quer dizer, as urnas que elegeram os atuais governadores também elegeram o Colégio Eleitoral. O mandato desde Colégio é tão legítima quanto o mandato dos governadores. (16/03/1984, p. 8)

Em 25 de março, Zero Hora destacou que a Emenda Dante de Oliveira entrava em fase decisiva, faltando apenas um mês para a votação. Apesar disso, “o governo ainda não se definiu sobre que estratégia adotar”. Em 11 de abril, ganhou destaque o comício do dia

anterior no Rio de Janeiro para cerca de um milhão de pessoas. A matéria sobre a manifestação ressaltou a tranquilidade do comício.

Cantando o hino nacional, cerca de um milhão de pessoas, de mãos dadas, encerraram ontem à noite o comício do Rio pelas eleições diretas já para presidente da República, na maior manifestação política até agora realizada no País. (p.8, 11/04/1984)

Três dias depois, o destaque foi o comício de Porto Alegre, que reuniu cerca de 200 mil pessoas (de acordo com os organizadores) no largo da Prefeitura. Na capa, ZH anunciou “Comício pára Porto Alegre – Seis horas em defesa das diretas”, como uma foto aberta mostrando a multidão. O assunto recebeu bastante espaço nas páginas do jornal, embora não tenha entrado na pauta do editorial do grupo. Zero Hora inclusive criou um selo, no canto superior das páginas, com nome de “Diretas Já” e que caracterizava a cobertura do tema. Na página 8 da edição de 14 de abril, o articulista Carlos Fehlberg avaliou a mobilização popular:

Não há como negar a capacidade de mobilização das oposições que, ao longo da semana conseguiram realizar comícios com suas principais lideranças em vários pontos importantes do País. Foi uma demonstração de arregimentação – e o ponto mais alto foi o Rio – que está sendo avaliada nos setores com poder de decisão e meios políticos. (p.8, 14/04/1984)

Em 17 de abril, ZH se dividiu entre as repercussões do imenso comício de São Paulo e da emenda enviada pelo governo Figueiredo ao Congresso e que propunha eleições diretas para 1988. No editorial, na página 2, ZH saudou a emenda governista como “uma proposta de diálogo que deve ser aproveitada”. O jornal rechaçou radicalismos e autoritarismo e afirmou que “o mais importante, tendo em vista as circunstâncias atuais, é realmente a definição de um rumo preciso na questão sucessória, terminando com o imobilismo e a paralisia”.

Nos dias seguintes, acirravam-se as tensões em Brasília e no país inteiro. O governo baixou situação de emergência em cidades ao redor da capital federal, isolando o Congresso para a votação do dia 25 de abril. As medidas foram duramente criticadas por Zero Hora, embora o jornal não se colocasse explicitamente a favor das diretas já. No dia da votação da Dante de Oliveira, a manchete de capa era “Congresso vota hoje sob tensão”. No dia seguinte, ZH lamentou que “faltaram 22 votos” para a aprovação das diretas. O editorial, por sua vez, diz que a decisão do Congresso era “soberana” e que o momento era de negociação. No dia 30, o jornal destacou que “Tancredo admite ser o candidato de conciliação”, abrindo caminho para a negociação que resultará na eleição do então governador mineiro no Colégio Eleitoral.

## 2.4 A REDE GLOBO

Não podemos falar sobre a campanha das diretas sem citar o comportamento da Rede Globo, maior empresa de entretenimento e jornalismo do Brasil e uma das maiores do mundo. A controversa relação entre a principal rede de televisão do país e o regime militar brasileiro provoca debates acalorados até hoje. No caso específico das diretas, a principal polêmica se refere à cobertura dos noticiosos do grupo sobre os comícios que transcorriam no país. Embora a direção da Globo afirme que tenha dado atenção às manifestações populares, muitos estudiosos argumentam que a rede ignorou o apelo popular e só passou a dar espaço à campanha quando o movimento já estava totalmente alastrado e era, portanto, impossível de ser ignorado. Um suposto boicote da TV Globo é mencionado inclusive pela Folha de São Paulo em algumas matérias de dezembro de 1983 e janeiro de 1984. Esse posicionamento da Globo é descrito como um obstáculo para a consolidação da campanha.

No livro *Jornal Nacional – A notícia faz história*, publicado pela Editora Zahar, em 2004, a Rede Globo alega que a) cobriu os comícios mais importantes, b) estava sob forte censura e c) quem criticava a empresa estava na expectativa de que esta apoiasse as Diretas (Fantinatti & Moura, 2007). O principal alvo dos críticos da TV Globo é a matéria veiculada no *Jornal Nacional* sobre o comício de 25 de janeiro de 1984, em São Paulo. De fato, a reportagem de Ernesto Paglia, de dois minutos e 17 segundos, fazia menção à campanha das Diretas Já e ao cunho política do comício. A chamada da matéria (na abertura do programa) omitia totalmente, porém, o objetivo principal do ato, que era caracterizado como uma festa em homenagem ao aniversário da capital paulista, comemorado justamente naquele dia.

Da forma como foi ao ar, a matéria não primava pela clareza e sim, obscurecia e fragmentava a campanha que se desenvolvia pelas diretas. Em parte, pela escassez de informações, que o tempo reduzido dedicado ao assunto determinara. (Fantinatti & Moura, 2007)

Quando a pressão popular de fato cresceu nas ruas do país, a Rede Globo se viu, contudo, em uma “sinuca de bico”. No apoteótico comício do dia 16 de abril de 1984, em São Paulo, a empresa preparou uma “cobertura monstro” (nos termos de reportagens da Folha de São Paulo) para noticiar o evento. Antonio Hohlfeldt observa tal atitude como resultado de um processo de agendamento ao contrário (contra-agendamento), em que a Rede Globo tenta, a princípio, ignorar as mobilizações, mas é levada a ceder, sendo pautada pela opinião pública:

Pode-se ainda lembrar episódio anterior que foi o agendamento, pela opinião pública, da TV Globo, quando da chamada Diretas Já, em que aquela rede tentou esquivar-se o quanto pôde à cobertura do evento, mas acabou rendendo-se à pressão do receptor [isto é, do público] e do restante da mídia, com destaque ao jornal Folha de São Paulo e ao noticiário noturno da TV Manchete. (HOHLFELDT, 2001, p.198)

### 3. O 11 DE MARÇO

#### 3.1 ATENTADO EM MADRI

Depois de 39 anos sob a ditadura de Francisco Franco, a Espanha que conhecemos hoje começa a se delinear com a morte do ditador, em 1975, e a concertação nacional em torno do Pacto de Moncloa, que conduziu o país de um dos mais ferrenhos regimes ditatoriais do século XX para a democracia estabilizada nos dias atuais. A Constituição espanhola de 1978 confirmou as liberdades democráticas e o regime monárquico parlamentar, sob a batuta do Rei Juan Carlos I. Em 1982, as eleições levaram ao governo executivo o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), com Felipe González ocupando o cargo de primeiro-ministro. Como governante, González deu início a um forte programa de privatizações, seguindo a linha neoliberal que predominou nos anos 1980 e 1990. Seu sucessor, em 1996, foi José Maria Aznar. Embora pertencente ao Partido Popular (PP), o principal rival do PSOE, Aznar seguiu um programa similar ao de González, tornando as privatizações um instrumento de política industrial com relativo sucesso.

Três eram os principais problemas da sociedade espanhola às vésperas das eleições de 2004, quando seria eleito um novo primeiro-ministro. Uma primeira questão a ser enfrentada era o desemprego, que girava em torno de 10% naquele ano, de acordo com o Instituto de Estatística da Espanha, sendo um dos mais elevados da Europa. Outros dois eram bem mais delicados: a participação de soldados espanhóis na segunda guerra do Iraque e a política governamental contra o grupo basco ETA.

O grupo separatista ETA – sigla para Euzkadi Ta Azkatasuna, na língua basca, ou Pátria Basca e Liberdade, em português – surgiu em 31 de julho de 1959, como dissidência do Partido Nacionalista Basco (PNV), fundado em 1894. O objetivo da organização é retomar, via armada, a autonomia e a independência do País Basco, região correspondente a áreas do norte da Espanha e do sudoeste da França. Considerada organização terrorista por muitos países, o ETA sempre se utilizou da violência como forma de pressionar os governos espanhóis. Em 20 de dezembro de 1973, o grupo foi responsável por um atentado que resultou na morte do Almirante Carreiro Blanco, então primeiro-ministro espanhol. De acordo com reportagem do jornal espanhol *El País*<sup>8</sup>, as ações do ETA já resultaram na morte de 817

---

<sup>8</sup> La mayor matanza terrorista em España. *El País*. Madri, 11 mar. 2004.

peessoas, sendo 339 civis. Entre as vítimas, destacam-se policiais, membros das forças armadas e políticos. Apesar de ter nascido como uma força antifranquista, o ETA seguiu em atividade após o restabelecimento da democracia na Espanha. Uriarte identifica o elemento fundamental do grupo, nas raízes do discurso de Sabino Arana, fundador do PNV, e fala em “fanatismo que perdura quando a ditadura desaparece”:

En efecto, ETA superó en apariencia el discurso de Sabino Arana, porque, a partir del marxismo y de los movimientos de liberación nacional del Tercer Mundo, pretendió construir un discurso más moderado, una nueva noción de nación que eliminara los elementos del racismo de Arana, tan poco presentables en el contexto de los movimientos de izquierda en los que ETA se inscribía. La esencia de la nación dejó de ser la raza y fue sustituida por el grupo étnico y sus particularidades, muy en especial la lengua, el euskera, que pasó a representar toda la sacralidad otorgada al pueblo vasco. Pero no solo la lengua concentró el fanatismo que antes se adhería a la raza, sino que en realidad la raza no desapareció. La idea originaria de Sabino Arana de la existencia de una raza vasca peculiar, superior y gloriosa presidió la formación de ETA y alimentó su radicalismo. (2004, p. 95)

Apesar do elevado número de civis entre as vítimas dos atentados cometidos pelo grupo, o ETA costuma direcionar seus ataques a personalidades públicas ou autoridades políticas e militares. O governo espanhol liderado por Aznar vinha se esforçando para desmembrar a cúpula da organização, recebendo o apoio da imensa maioria da população espanhola, inclusive no País Basco. Os anos 1990 e 2000 foram palco de inúmeras manifestações públicas contra o ETA, ainda que muitas delas fossem marcadas pelo medo e pelo conformismo da população, como assinala Uriarte (2004).

Assim, a Espanha iria às urnas para decidir o sucessor de Aznar no dia 14 de março de 2004. Entre os principais candidatos ao pleito estavam Mariano Rajoy, candidato situacionista pelo PP, e José Luis Zapatero, do PSOE. Pesquisas de opinião davam o favoritismo na disputa ao candidato do PP. Em 7 de março, o El País publica um levantamento do Instituto Opina segundo o qual o PP conquistaria 168 a 172 cadeiras do Parlamento, obtendo 42% dos votos. O PSOE ficaria 134 a 141, com 38% dos votos. Com isso, Mariano Rajoy seria eleito o novo primeiro-ministro espanhol, mesmo que o PP não obtivesse maioria absoluta no Parlamento. Os números são parecidos com outra pesquisa, publicada em 8 de março, desta vez pelo jornal El Mundo e realizada pela empresa Sigma Dos. O levantamento indicava a conquista de 168 a 173 cadeiras pelo PP. O PSOE teria de 138 e 144 cadeiras.



O editorial do El País em 7 de março mostrava a percepção de que, faltando cerca de uma semana para o pleito, a eleição parecia definida a favor da candidatura de Mariano Rajoy:

Aunque el PSOE ha recortado sensiblemente en las últimas semanas la distancia que le separaba del PP -después del parón que su estrategia sufrió con la crisis de la Comunidad de Madrid-, parece improbable que Rodríguez Zapatero consiga superar en votos a Mariano Rajoy, condición que el secretario general del PSOE se ha autoimpuesto para intentar formar una mayoría de Gobierno. Con ese compromiso, como el de Felipe González en 1993, trata fundamentalmente de rentabilizar el apoyo de los electores que desean ver desalojado del Gobierno al PP y que no tienen decidido el voto a favor del PSOE. (07/03/2004)

O resultado final da eleição, no entanto, surpreendeu e apontou o candidato do PSOE, Zapatero, como o novo primeiro-ministro espanhol. Números oficiais do Ministério espanhol do Interior<sup>9</sup> indicam que, com pouco mais de 11 milhões de voto – ou 42,59% dos votantes –, o partido socialista elegeu 164 parlamentares, que deram ao partido o maior número de cadeiras por partido no Parlamento espanhol e, conseqüentemente o direito de indicar o primeiro-ministro. O PP elegeu 148 parlamentares, com cerca 9,7 milhões de votos – ou 37,71%. Além da vitória socialista, vale destacar outro elemento importante do processo eleitoral: o aumento na participação dos espanhóis, uma vez que o voto no país é facultativo. Enquanto nas eleições de 2000, 68,71% da população apta a votar compareceram às urnas, em 2004 a presença foi de 75,66%. Foram quase três milhões de eleitores a mais no pleito de 2004 em relação a 2000.

### **3.2 AS BOMBAS**

O atentado de 11 de março de 2004, em Madrid, Espanha, deixou 191 mortos e cerca de 1,5 mil feridos, tornando-se, assim, o maior atentado terrorista da história do país. O ataque ocorreu a apenas quatro dias das eleições gerais do país, em que seriam escolhidos os novos representantes espanhóis no Parlamento e, conseqüentemente, o novo primeiro-ministro que substituiria José Maria Aznar. Os explosivos foram deixados em estações de trens das mais movimentadas da capital espanhola, em um horário em que os trens estavam cheios de trabalhadores e turistas. A intenção dos responsáveis pelo atentado não poderia ser mais clara: vitimar o maior número possível de civis.

---

<sup>9</sup> Todos os dados foram retirados do site oficial do Ministério del Interior: <http://www.elecciones.mir.es> [acesso em 24 de outubro de 2008].

Seis bombas explodiram entre 7h35min e 7h45min pelo horário de Madri (3h35min e 3h45min em Brasília), numa manhã de quinta-feira, em três estações de trem da capital espanhola: Atocha, Pozo del Tio Raimundo e Santa Eugenia. Outras quatro bombas explodiram em um comboio a caminho de Atocha. As bombas estavam escondidas em mochilas e bolsas deixadas dentro de vagões de trens viajando na mesma direção, com intervalos de cinco minutos entre cada um deles. Pelo menos 98 pessoas morreram somente na estação de Atocha, uma das mais movimentadas da capital espanhola. A estação é o principal ponto para conexão entre os trens metropolitanos e o metrô de Madri e está localizada a um quarteirão do Museu do Prado, um dos principais pontos turísticos da cidade. Em Pozo Del Tio Raimundo, foram 67 mortos.

As repercussões ao atentado de 11 de março foram imediatas na Espanha. A comoção foi tanta entre os cidadãos de Madri que as autoridades informaram às 11h (ou seja menos, menos de quatro horas depois das explosões) que já não eram mais necessárias doações de sangue para ajudar os feridos. No dia seguinte, 12 de março, cerca de 11 milhões de espanhóis, 27% da população, se manifestaram pelas ruas do país em repúdio ao acontecido. Só em Madri, onde a população é de 3,1 milhões de habitantes, dois milhões de pessoas participaram de marchas pela cidade, apesar do frio e da chuva. Também houve manifestações em outras cidades da Espanha: Barcelona, Valência, Sevilha, Vigo, Murcia, Valladolid e Vitória. No plano político, as autoridades espanholas decidiram, ainda no dia 11, encerrar a campanha política para as eleições de 14 de março. A Espanha iria às urnas às escuras e abalada pelo maior atentado terrorista de sua história.

Dois grupos surgiram como os principais suspeitos de autoria do atentado: os bascos do ETA, já mencionados anteriormente, e os árabes da Al Qaeda. Ao contrário do ETA, pouco se sabe a respeito da Al Qaeda (“a base”, em árabe). O que se conhece é que se trata de um grupo terrorista internacional, com muitos recursos financeiros e cédulas espalhadas por boa parte do mundo, principalmente Oriente Médio, Norte da África e Europa. O líder é o milionário de origem saudita Osama Bin Laden. Aparentemente, a intenção do grupo é promover uma guerra santa contra os países ocidentais, em especial os Estados Unidos. A Al Qaeda teria surgido em 1987 ou 1988, após a guerra contra invasão soviética no Afeganistão (1979-1989). Atribui-se ao grupo as seguintes ações:

- 7 de agosto de 1998: Atentado a duas embaixadas norte-americanas no leste africano, no Quênia e na Tanzânia, causando mais de 250 mortes e 5 mil feridos;
- 12 de outubro de 2000: 17 soldados norte-americanos são mortos depois do choque de um barco de borracha carregado de explosivos contra o destróier norte-americano USS Cole;
- 11 de setembro de 2001: Cerca de 3 mil pessoas morrem quando dois aviões comerciais seqüestrados atingem as torres gêmeas do World Trade Center, no centro de Nova York, um terceiro atinge o Pentágono, em Washington, e um quarto cai no estado norte-americano da Pensilvânia;
- 8 de maio de 2002: 11 engenheiros navais franceses e três paquistaneses são mortos na explosão de um carro bomba em Karachi, no Paquistão;
- 7 de outubro de 2004: 65 pessoas são mortas após explosões na região turística do Mar Morto, no Egito.

As características do atentado de 11 de março são diferentes aos cometidos anteriormente pelo ETA, que costuma direcionar os ataques a políticos ou militares, avisando, inclusive, previamente as autoridades e assumindo publicamente a autoria das ações. Dessa maneira, a organização tenta evitar grandes matanças de civis, o que certamente garantiria o repúdio da opinião pública espanhola, algo que viria de encontro com as pretensões políticas do grupo. Por outro lado, um cenário com grandes tragédias envolvendo civis é uma das armas da Al Qaeda para pressionar politicamente os governos considerados “inimigos”. Apesar disso, autoridades ligadas ao governo espanhol comandado por Aznar e pelo Partido Popular apontavam a participação do ETA no 11 de março argumentando pelo menos três indícios: 1) as explosões ocorreram três dias antes das eleições gerais do país, as quais o ETA havia prometido perturbar; 2) a pretensa fragilidade da organização basca poderia resultar em ações desesperadas, que incluiriam ataques a civis; e 3) um mês antes do atentado de 11 de março, a polícia espanhola havia descoberto e desmontado um plano de ataque similar à estação de Chamartin, em Madri.

Por que a autoria do atentado tornou-se um elemento tão fundamental no pós-11 de março? Faltando apenas quatro dias para as eleições gerais espanholas, o atentado estabelecia um elemento novo no pleito, uma intervenção decisiva que certamente, dadas suas

proporções, estaria na pauta dos eleitores. As explosões colocaram em xeque a legitimidade do governo de Aznar. Se a autoria do atentado fosse confirmada como sendo do ETA, a candidatura de Mariano Rajoy se fortaleceria aos olhos da opinião pública, já que o governo vinha combatendo fortemente, com o apoio da população espanhola, a articulação da organização basca, o que era inclusive um dos trunfos da campanha do PP. Se, no entanto, a Al Qaeda assumisse o atentado, a situação do governo se tornaria dramática, já que as explosões seriam vistas como uma resposta ao apoio dado pelo governo espanhol à invasão do Iraque pelas tropas norte-americanas e britânicas em 2003. Apesar de criticado por diversos setores da sociedade espanhola, o governo chegou a enviar cerca de 1,5 mil soldados espanhóis para o país árabe. Uma pesquisa publicada pelo jornal El País no dia 7 de março de 2004 mostrou que 66,1% dos cidadãos espanhóis entrevistados pediam a volta das tropas e viam como bastante negativa a atuação do governo espanhol em relação à guerra. Ainda assim, 52,9% disseram que não influenciaria no voto para a eleição geral do dia 14 de março a decisão do governo Aznar de apoiar incondicionalmente junto aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha a intervenção no Iraque.

### **3.3 AS REAÇÕES DO GOVERNO**

As primeiras manifestações das autoridades políticas espanholas acontecem ainda pela manhã do dia 11, menos de duas horas depois do atentado, quando, o Partido Popular (PP), de Aznar, e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), liderado por José Luiz Zapatero, juntamente com outras lideranças políticas, decidem cancelar todos os seus atos de campanha previstos para o dia. Mais tarde, outros partidos fariam o mesmo. Em seguida, a campanha eleitoral é dada como oficialmente encerrada.

A primeira manifestação de Aznar ocorre por volta das 9h da manhã (de Madri). O governante decide suspender todas as suas atividades e permanecer no Palácio La Moncloa, sede do governo espanhol, onde seria informado do transcorrer dos acontecimentos. Às 11h, o primeiro-ministro convoca uma reunião com os vice-presidentes Rodrigo Rato e Javier Arenas, o ministro do Interior, Angel Acebes, e o porta-voz do governo, Eduardo Zaplana. Na reunião, fica decidido que o governo convocaria a população a sair às ruas na noite do dia seguinte para repudiar o atentado. Depois da reunião, Zaplana declara que “la lucha contra ETA tiene que ser implacable, donde no caben tratos de ningún tipo”. Às 13h30min, Acebes assegura, em entrevista coletiva à imprensa, que o grupo separatista ETA é o responsável pelo

ataque. Cerca de uma hora e meia depois, às 15h, Aznar fala à nação, prometendo que os autores dos atentados serão “detenidos, condenados por los tribunales, cumplirán íntegramente sus condenas y no tendrán outro horizonte que ver amanecer todos los días entre los barrotes de la prisión”. Às 20h20min, Acebes volta a falar com a imprensa, informando que a polícia havia encontrado um furgão roubado com fitas com trechos em árabe do Alcorão e sete detonadores. Ainda assim, o ministro reafirma a possibilidade do ETA ser responsável pelo atentado. Às 20h30min, o rei espanhol Juan Carlos faz um pronunciamento oficial à nação, fato que não acontecia desde 23 de fevereiro de 1981, depois de um frustrado golpe de Estado contra seu reinado.

### 3.4 EL PAIS

O jornal espanhol El Pais foi fundado em 1976, no período, portanto, já pós-Franco. É o jornal de maior tiragem na Espanha depois dos periódicos esportivos. Tem sede em Madrid e escritórios em outras importantes cidades, como Barcelona e Sevilha.

A cobertura do El Pais aos atentados de 11 de março começou já no mesmo dia das explosões. Uma edição extra foi lançada às 13h (de Madri), menos de seis horas depois do incidente. É claramente uma edição feita às pressas e tomada pela comoção dos espanhóis. Em letras garrafais, o jornal anunciou uma “Matanza de ETA en Madri”. São 34 páginas (incluindo peças publicitárias), todas coloridas, abordando exclusivamente os atentados, suas repercussões e a influência que teriam no processo eleitoral marcado para o domingo seguinte. Um pouco mais comedido que a capa, o editorial dizia que a hipótese mais provável aponta para o ETA:

La hipótesis más probable apunta una vez más a ETA, que habría llegado así a la cima de sua processo de degeneración mafiosa. Cuando una organización que invoca móviles políticos llega al punto de no retroceder ante matanzas como la de hoy, significa que ha franqueado cualquier limite moral. Aunque no se ha confirmado la autoria y algunos datos no permiten descartar al terrorismo de signo islamico fundamentalista, Interior maneja como hipótesis más verosímil la de ETA, que ya ha demostrado suficientemente su determinación de interferir la vida política española en un momento decisivo como son los días previos a una disputada jornada electoral. (El Pais, edição extra de 11/03/2004, pág. 10)

Se a autoria dos atentados ainda não estava confirmada e se não se podia descartar outras possibilidades, por que a manchete acusa com tamanha certeza a culpa do ETA? A ânsia por vender jornais e a pressa a que deve ter sido submetida a redação do El Pais não

podem ser subestimadas nem esquecidas, mas a decisão editorial de anunciar a autoria do ETA pode ser qualificada como uma das piores da história do jornalismo e certamente uma que o El País se arrependerá por muitos e muitos anos. Ao longo das páginas da edição extra, é possível perceber que o El País embarcou, pelo menos a princípio, na tentativa do governo espanhol em culpar o grupo basco. Sem nenhuma prova apresentada e de forma precipitada, as matérias sustentam-se em declarações de autoridades governamentais sem a mínima prova. As fontes ouvidas pelo jornal são o Ministério do Interior, membros indeterminados da polícia francesa, o candidato Mariano Rajoy, o porta-voz do governo Eduardo Zaplana, o presidente do governo basco Juan José Ibarretaxe, entre outras pessoas. A ligação com o governo é clara. As reportagens são tomadas pela versão oficial dos eventos: reproduzem declarações, não antecipam acontecimentos, não prevêem conseqüências. O oficialismo está por toda parte.

Nas 19 páginas destinadas à análise dos atentados, não há nenhuma menção a provas que ligassem as explosões ao ETA, apenas especulações. No entanto, a manchete da capa afirma, contundentemente, que se trata de um atentado deste grupo. Não é só isso. Toda a linha editorial traça esse caminho. O próprio editorial, já citado, analisa a história do ETA. Um gráfico na página 15 leva o título de “el atentado terrorista más sangrento en la historia de ETA”. Em várias reportagens ao longo da edição, declarações de autoridades e cidadãos comuns condenam o atentado “do ETA”. Na página 23, duas matérias secundárias expõem listas dos atentados mais sangrentos da história do grupo basco. Por outro lado, não há sequer uma única menção ao nome do grupo islâmico Al-Qaeda em títulos, subtítulos ou qualquer reportagem sobre a história da organização, ainda que alguns especialistas em terrorismo internacional ouvidos pelo próprio El País mencionem a possibilidade de envolvimento deste grupo nas explosões.

A resposta para o comportamento do El País fica mais clara a partir da leitura da coluna semanal da ombudsmã Malén Aznárez<sup>10</sup>, publicada na edição do jornal de 14 de março (o dia das eleições). Sob o título “Informar en medio de la confusión”, Aznárez analisa os acontecimentos do dia 11 sob o ponto-de-vista da redação. O texto é comedido e condescendente, mas revelador: o primeiro-ministro Aznar ligou no final da manhã do dia 11 para o diretor do jornal, Jesús Ceberio, para garantir que o ETA tinha participação nos

---

<sup>10</sup> O artigo completo pode ser lido no seguinte endereço eletrônico:  
[http://www.elpais.com/articulo/opinion/Informar/medio/confusion/elpepiopi/20040314elpepiopi\\_14/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Informar/medio/confusion/elpepiopi/20040314elpepiopi_14/Tes) Acesso em: 26 nov. 2008

atentados. Aznar voltaria a ligar durante a noite, quando começavam a aparecer os primeiros indícios da participação da Al-Qaeda. Apesar disso, o primeiro-ministro reafirmava ao El País a culpa dos bascos. Aznárez analisa o que acontecia na redação do El País naquele momento:

Entonces ya se sabe que un grupo ligado a Al Qaeda ha reivindicado el atentado en el diario Al Quds al Arabi, que se edita en Londres. El ministro del Interior afirma poco después que no se descarta esa hipótesis de trabajo, ya que han encontrado una furgoneta con detonadores y una cinta con versículos del Corán. El presidente del Gobierno [Aznar] vuelve a llamar al director del periódico para ratificarle su convicción de que el atentado es obra de ETA. Pero la autoría del atentado no está ya tan clara y es necesario volver a revisar todos los textos cuando la primera edición está prácticamente lista. Se cambian los titulares. Se eliminan las siglas de ETA y se sustituye la autoría por un más genérico "matanza terrorista en Madrid". Hay que revisar también las entradillas y las informaciones donde se daba como segura la participación de ETA. (14/03/2004)

A edição do dia 12 de março tem um tom diferente. Na capa, a manchete era “Infierno terrorista en Madrid: 192 muertos y 1.400 heridos”. No subtítulo, o jornal destacava que “Interior investiga la pista de Al Qaeda sin descartar a ETA”. O editorial dava o novo tom da cobertura, já mostrando que o atentado certamente teria repercussões no processo eleitoral, principalmente em caso de envolvimento do grupo árabe.

La fecha de ayer quedará marcada en negro en la memoria de españoles y europeos: los casi dos centenares de muertos y más de un millar de heridos provocados por los atentados de Madrid suponen la mayor matanza terrorista en España, y la catástrofe de mayor alcance registrada en la capital desde la Guerra Civil. Este país acaba de experimentar un terrorismo de unas dimensiones y de una crueldad hasta ahora desconocidas. La eventualidad de que sea obra de Al Qaeda y de que tenga relación con el papel jugado por el Gobierno de Aznar en la guerra de Irak introduce una novedad que no puede dejar de sembrar una profunda inquietud. La opinión pública española en su conjunto no estaba preparada para el infierno terrorista en que se convirtió ayer Madrid. Nunca hasta ahora se había experimentado una actuación terrorista del tipo que practican los grupos fundamentalistas que vienen ensangrentando Oriente Próximo y otras zonas del mundo (El País, 12/03/2004).

Ao longo da edição, o El País relatou os pormenores da tragédia. Dez bombas, das 13 encontradas pela polícia espanhola, explodiram entre 7h35min e 7h45min (pelo horário de Madri). Eram mais de cem quilos de explosivos carregados dentro de mochilas deixadas em vagões de trens que faziam o trajeto entre Alcalá de Henares, na região metropolitana de Madri, e a estação de Atocha, no centro da capital espanhola. Os trens partiram de Alcalá por volta das 7h e as bombas carregavam temporizadores para serem detonadas 35 minutos depois. Enquanto o governo espanhol garantia o envolvimento do ETA, inclusive divulgando a foto de nove supostos terroristas (todos do grupo basco) envolvidos na ação, uma carta enviada ao jornal árabe Al Quds Al Arabi, com sede em Londres, ligava o atentado à Al Qaeda. “Hemos logrado infiltrarnos en el corazón de Europa de las cruzadas, y golpear una de

las bases de la alianza de las cruzadas”, dizia o documento enviado ao diário árabe e reproduzido pelo El País.

O jornal também conversou com especialistas em terrorismo, que disseram que o atentado não se adequava ao “estilo do ETA”. Segundo as fontes ouvidas (e não identificadas) pelo El País, o plano para atacar os trens em Madri teria de contar com a participação de cerca de 30 pessoas, o que poria em xeque as informações do próprio governo espanhol de ter desmantelado a infra-estrutura do ETA em Madri. Além disso, o grupo basco não havia emitido nenhum aviso prévio das intenções, algo que ocorreu em situações semelhantes. O governo, por sua vez, mantinha a tese do terrorismo basco:

Pese a todas esas evidencias, el ministro del Interior, Ángel Acebes, despejó las dudas en una conferencia de prensa convocada a las 13.00: "ETA ha conseguido su objetivo. El Gobierno no tiene ninguna duda de que ETA esta detrás". Y añadió: "Es absolutamente intolerable cualquier tipo de intoxicación que vaya dirigida a desviar el objetivo y los responsables de esta tragedia", en referencia a las informaciones que apuntaban a grupos islámicos como autores del atentado. (El País, 12/03/2004)

Dois antecedentes, contudo, poderiam corroborar a atitude governista. A polícia espanhola havia impedido a explosão de bombas por duas vezes em meses anteriores, primeiro em um trem em 24 de dezembro de 2003, e mais tarde em um furgão, em 29 de fevereiro de 2004, nas proximidades de Madri. Nos dois casos, pessoas ligadas ao ETA foram detidas pela preparação de atentados. Outro dado importante é o tipo de explosivo e de temporizadores usados no 11 de março, semelhantes aos encontrados em atentados do ETA.

Em outra reportagem, o El País detalhou a presença da Al Qaeda na Espanha, ressaltando que o grupo mantinha células e apoio logístico no país. Segundo o jornal, a última reunião dos terroristas que realizarem o atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova York, teria acontecido inclusive em terras espanholas.

O destaque da edição de 13 de março foram as grandes manifestações contra o terrorismo em toda a Espanha. Chamada de “Con las víctimas, con la Constitución, por la derrota del terrorismo”, a mobilização havia sido convocada pelo governo, com apoio de PP e PSOE, no dia anterior. Na capa, o El País anunciava que a “España se echa en la calle”, com uma foto colorida mostrando a concentração de pessoas em Madri, sob intensa chuva durante toda a noite. Segundo o jornal, mais de 11 milhões de pessoas foram às ruas em todo o país. O



número representa quase um quarto da população espanhola, estimada em cerca de 46 milhões. Já no primeiro parágrafo da matéria principal, o texto chamou a atenção para o seguinte fato:

En muchas capitales, los ciudadanos gritaron una pregunta al Gobierno: "¿Quién ha sido?". En otras, como Barcelona, los manifestantes censuraron a los dirigentes del PP que acudieron a la protesta. (El País, 13/03/2004)

A informação é importante, uma vez que mostra a mobilização popular não era um ato de apoio ao governo contra o terrorismo. Ao contrário, tratava-se de uma campanha de críticas à administração Aznar. A população vai às ruas e, assim como no caso brasileiro, se torna protagonista. É a multidão que parece tomar as rédeas da situação, embora o tom das declarações dos envolvidos seja o de impotência:

Sin embargo, y pese a la sonora pitada que se llevará Aznar de recuerdo, el protagonismo no fue para los políticos. Desde primeras horas de la tarde, los ciudadanos trataron de ganar el centro a bordo de autobuses y vagones de metro, que ayer eran gratuitos y que circularon atestados para desesperación de los que aguardaban bajo el aguacero. En la línea 5 del metro y luego en autobús 21, una pregunta repetida entre hijos y padres, también entre desconocidos: "¿Tú quién crees que ha sido?". No había sitio para otro tema de conversación. Manuel Soriano, tornero de profesión, intentaba explicar a su hijo Javier lo que él mismo no llegaba a entender: "Por un lado, qué más da. Los muertos, muertos están y ya nadie puede evitarlo. Pero, por otro... yo creo que no es ETA. Y si no es ETA, por qué no lo dicen claro ya". Un compañero de vagón respondía espontáneo: "Por que no les interesa hombre, por que no les interesa, hasta el lunes, no les interesa". Una mujer terciaba: "No serán capaces hombre, cómo van a ser capaces de tanto...". Ni siquiera discutían. Sólo reflexionaban en voz alta, rompiendo un silencio que se hacía duro, un silencio construido a base de pena y también de miedo. La sirena de una ambulancia apagó de un tajo las conversaciones. "Una ambulancia en Madrid", dijo una señora, "¿cuándo nos ha llamado la atención una ambulancia en Madrid...? Estamos todos muertos de miedo. Que nos digan la verdad, ¡por Dios!". La gente asintió. Ni una sonrisa, ni un comentario más alto que otro. "La radio no dice que haya pasado nada", tranquilizaba el conductor justo antes de llegar al final del trayecto. (El País, 13/03/2004)

Uriarte (2004) argumenta que essas mobilizações são fruto do medo e do conformismo, e não de um ativismo realmente engajado pela democracia e pela participação. Para a autora, as críticas dos espanhóis em relação ao governo refletem uma postura de uma sociedade que se acostumou a agir como refém dos terroristas, uma vez que responsabiliza o governo pelos atentados e não aqueles que realmente foram responsáveis pela violência. O alvo das manifestações é o governo, e não os grupos que colocaram bombas em trens, assassinando quase 200 pessoas. Por que críticas tão fervorosas aos governantes? Os terroristas não merecem críticas no mínimo semelhantes? São alguns dos questionamentos que ela levanta. Dito isso, voltaremos a esse assunto mais adiante.

Os números da mobilização pela Espanha impressionam. Segundo o El País, foram às ruas do país em 12 de março de 2004 300 mil pessoas em Murcia (onde a população é de 400 mil), 250 mil em Valladolid, 300 mil em Oviedo, 400 mil em Zaragoza, 400 mil em Málaga, mais de um milhão em Barcelona e 650 mil em Sevilla, além de outras aglomerações em cidades menores. Nos relatos sobre essas manifestações, a crítica ao governo de Aznar é o principal destaque. A população parece ter entendido o atentado de 11 de março como uma resposta do terrorismo árabe à participação de tropas espanholas na guerra do Iraque. Além disso, a tentativa clamorosa do governo em responsabilizar o ETA também é criticada, de forma que o atentado surja como um importante fator para os desdobramentos da eleição geral do dia 14. O editorial do El País destacou, inclusive, que o Ministério do Exterior espanhol mandou um comunicado a suas embaixadas e escritórios no mundo todo pedindo que seus funcionários mantivessem a tese da autoria do ETA:

Que el atentado haya sido de ETA o de Al Qaeda no afecta al rechazo compartido al terrorismo, pero puede tener efectos políticos y aun electorales diferentes. La duda es si la resistencia del Gobierno a admitir otras hipótesis, y en todo caso a mantener como más verosímil la de ETA, es o no interesada. La nota de Exteriores dando instrucciones a los embajadores para que sostuvieran la autoría de ETA desde primera hora y más allá de toda duda contribuye a aumentar la desconfianza. El Gobierno, empezando por su presidente, está obligado a extremar la prudencia y a no convertir en certeza lo que es una hipótesis de trabajo. (El País, 13/03/2004)

Por que o governo espanhol estava tão empenhado em responsabilizar o ETA? O cálculo é simples. Se a autoria das explosões fosse confirmada como sendo do grupo basco, a candidatura de Mariano Rajoy, pela situação, se fortaleceria aos olhos da opinião pública, já que a gestão de Aznar havia buscado enfraquecer, com o apoio da população espanhola, a estrutura do ETA. O êxito relativo do governo de Aznar na luta contra o terrorismo interno foi um dos principais temas da campanha do Partido Popular. Se, no entanto, a Al Qaeda assumisse o atentado de 11 de março, a situação do governo se tornaria problemática, já que as explosões seriam vistas como uma reação ao apoio espanhol à invasão do Iraque, a qual, por sua vez, já tinha muitos detratores na Espanha. O tema também era um ponto delicado no debate eleitoral.

Em 14 de março, dia das eleições das espanholas, o El País se dividia entre o pleito e as repercussões do atentado. A manchete principal da capa anunciava que “Todos los indicios señalan a Al Qaeda”. Abaixo, o jornal assinalava que a Espanha votaria traumatizada com o pior atentado de sua história, que havia ocorrido há 72 horas. O editorial ressaltou dois pontos importantes: a possibilidade de reforçar o processo democrático (como contraponto a uma

atitude radical, fanática e assassina como um atentado), mas também a “irresponsabilidade” (nas palavras do jornal) daqueles que culpavam o governo por um ato terrorista cometido por um grupo seja basco ou árabe. O El País destacou que algumas pessoas chegaram a comparecer frente a sedes do PP chamando os membros do governo de “assassinos”. Exageros à parte, o jornal valorizou as manifestações de rua:

Vivimos momentos excepcionales. Estas fechas, las que simboliza el grafismo 11-M, serán recordadas por cuantos las están viviendo, y las futuras generaciones tendrán noticia de lo que la actual haya hecho: de cómo hayamos reaccionado ante una agresión tan sin precedentes, tan inesperada, tan inhumana. Hoy, tres días después de la matanza y dos más tarde de la mayor movilización ciudadana registrada en nuestra historia, 34 millones largos de españoles tienen ocasión de responder a la provocación de los terroristas ejerciendo su derecho al voto. Llenar las urnas de votos es la mejor forma de hacer frente a quienes han intentado imponer su voluntad de muerte al deseo de vida de esta sociedad. (El País, 14/03/2004)

A edição do dia 14 assinalava ainda que três marroquinos e dois indianos foram presos por suposta ligação aos atentados e ao terrorismo islâmico. Ainda assim, o ministro Ángel Acebes insistia que seguem abertas outras linhas de investigação; isto é, o terrorismo basco. Apesar de todos os indícios apontando para a participação da Al Qaeda, o governo espanhol insiste na responsabilidade do ETA.

A resposta dos espanhóis às insistências do governo de Aznar veio das urnas. Em uma “reviravolta sem precedentes”, como descreveu o El País, Zapatero foi eleito primeiro-ministro espanhol, derrotando o candidato da situação, Mariano Rajoy. A eleição de Zapatero contraria os indicativos das pesquisas pré-11 de março, que davam ampla vantagem ao candidato do PP. Na edição de 15 de março, o processo eleitoral foi o principal assunto do El País. Em seu editorial, o jornal destacou a derrota do PP e a reposta democrática e cívica dos cidadãos:

El PP no sólo pierde la mayoría absoluta, cuyo mantenimiento era su objetivo explícito -y necesario, dada su dificultad para encontrar aliados-, sino toda opción de gobernar. La caída del PP es de siete puntos porcentuales, lo que significa un gran fracaso, tampoco previsto por las encuestas, aunque es altamente probable que la pésima gestión de la catástrofe del 11-M haya resultado decisiva en la decantación del electorado. La recuperación de la participación hasta el 77%, por encima de la media de las ocho elecciones anteriores (73,7%), supone una respuesta ciudadana al intento de desestabilización política pretendido por los terroristas que eligieron las vísperas electorales para organizar la matanza de Madrid. En las elecciones de 2000, la mayoría absoluta del PP se cimentó en el retraimiento de una parte considerable del electorado potencial de centro-izquierda, que se abstuvo. Los esfuerzos de Zapatero por motivar a ese sector se habrán visto reforzados con toda seguridad por la convicción generalizada de que la mejor respuesta al terrorismo consistía en legitimar mediante una votación masiva a las instituciones democráticas (El País, 15/03/2004)

Como não poderia deixar de ser, o terrorismo foi o principal assunto do discurso de Zapatero após anunciada a vitória do PSOE. O primeiro-ministro eleito disse que a prioridade seria combater toda forma de terrorismo e prometeu buscar a unidade das forças políticas para concentrar todos os esforços frente ao terrorismo. Nas páginas do El País, a vitória eleitoral é vista como clara resposta à condução do governo Aznar no caso 11 de março. Não é o atentado em si que acaba decidindo o pleito, mas a reação do governo. De certa forma, pode-se dizer que a agenda de Aznar é rejeitada nas urnas após a fracassada tentativa de manipular as informações e ganhar votos em cima de um acontecimento tão trágico. Em artigo publicado em 15 de março de 2004, o jornalista Juan Luis Cebrián criticou a postura de Aznar durante seus dois mandatos comandando a Espanha:

Cualquiera sea la lectura que se haga de las elecciones de ayer en España, no cabe la menor duda de que uno de los motivos -y quién sabe si uno de los más poderosos- que han facilitado el vuelco electoral a favor del PSOE reside en la inevitable sensación de manipulación y engaño que por parte del Gobierno ha percibido el electorado. Manipulación, al atribuir de forma arbitraria y precipitada a ETA la responsabilidad del brutal atentado de Atocha, después de que asesores de Moncloa sugirieran que eso podría propiciar ventajas electorales. Pero no es quizá ese, con ser muy grave, el peor de los errores que acompaña en la despedida a José María Aznar, sino su machacona insistencia en convertir en dogmas de fe sus particulares obsesiones y discutibles ideas sobre España, los españoles y la manera en que estos deben ser gobernados. (El País, 15/03/2004)

Assim, depois de um início completamente equivocado com a publicação de uma edição extra acusando o ETA baseado apenas em afirmações de autoridades políticas, o El País tratou o atentado de 11 de março de uma forma menos dramática e mais qualificada.

### **3.5 EL MUNDO**

Ao contrário do El País, o jornal espanhol El Mundo (fundado em 1986 e de grande tiragem atrás do El País) não publicou uma edição extra em 11 de março após o atentado. Mais contido, o diário começou a cobertura no jornal impresso (há também uma versão digital do El Mundo na internet) em 12 de março. A manchete era “El día de la infamia”. Na matéria principal, o jornal destacou os números de mortos e feridos. No segundo parágrafo, a reportagem descrevia o estranho comportamento do ministro do Interior, Angel Acebes, durante o dia do atentado. Depois de vir a público garantir a participação do ETA no atentado, o ministro foi praticamente obrigado a rever suas declarações, uma vez que novas informações (como a descoberta do furgão roubado) chegaram à opinião pública, que, desde a noite de 11 de março, já começava a pressionar o governo por respostas claras.

Tras asegurar por la mañana que los atentados eran obra de ETA "sin ninguna duda", el ministro del Interior, Angel Acebes, informó a última hora de la tarde que no se descarta ninguna línea de investigación después de que la policía encontrara en Alcalá una furgoneta robada que tenía siete detonadores en un asiento delantero y una cinta de audio con versículos del Corán. (El Mundo, 12/03/2004)

De certa forma, pode-se aventar que a expressão “sin ninguna duda” entre aspas é um indicativo de que o El Mundo percebeu que as fontes oficiais tentam culpar o ETA sem dados que poderiam sustentar essa tese. No editorial, o jornal descreveu o atentado em Madri como “nuestro 11-S”, se referindo aos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington. O texto destacou ainda que as implicações políticas do atentado variam de acordo com o grupo responsável pela tragédia. Se o terrorismo islâmico estivesse por trás dos ataques, o governo Aznar seria duramente atingido. Se fosse o ETA, as reações seriam distintas e provavelmente opostas.

A nadie se le escapa que las consecuencias políticas varían radicalmente en función de quién sea el responsable de los atentados. Si finalmente los autores han sido miembros de Al Qaeda o de uno de sus satélites, el ministro de Interior habría cometido un grave error al precipitarse y dar por sentado que ETA era culpable de la acción. No se podría reprochar al Gobierno que no pudiera evitar unos atentados tan terribles como los cometidos ayer, pero sí se podría dudar del buen juicio demostrado por el ministro del Interior, pues cobraría fundamento la sospecha de que en alguna ocasión ha llegado a anteponer sus prejuicios a los datos objetivos que deben guiar la lucha antiterrorista. (El Mundo, 12/03/2004)

A edição do El Mundo trouxe ainda testemunhos de pessoas que presenciaram a tragédia. “Trozos de cuerpos saltaron por los aires” destaca o jornal. Outra reportagem disse que especialistas norte-americanos apontavam para a participação da Al Qaeda. Um deles, Peter Bergen, citado no texto, lembrou que o saudita Osama Bin Laden já havia ameaçado outros países que participavam da Guerra do Iraque, como Itália e Grã-Bretanha, além da própria Espanha. Artigo assinado por Jose Luis de la Serna ressaltava a capacidade de mobilização da comunidade de Madri para ajudar as vítimas:

Quizá ha sido lo único positivo que se puede entresacar del día más negro de la reciente Historia de España. La asistencia que se ha prestado, desde un primer momento, a las víctimas de esta masacre ha sido inmejorable. España, la Comunidad de Madrid, ha demostrado que tiene una capacidad de respuesta frente a catástrofes de la magnitud de la de ayer tan buena como la mejor que exista en el planeta. (El Mundo, 12/03/2004)

Outro ponto importante abordado pelo jornal é a influência do atentado para os rumos da eleição geral do dia 14. Matéria do jornalista Fernando Garea diz que o PP acreditava que, pós-atentado, a campanha havia sido inútil e os espanhóis votariam apenas com a tragédia na

cabeça. Dessa forma, o resultado do pleito tornava-se imprevisível. Segundo a reportagem, o partido acreditava que a única coisa certa era o aumento no número de votantes, o que, de fato, ocorreu como já abordamos anteriormente. Pelo lado do PSOE, o clima também era de que a eleição tinha se tornado um grande mistério. A unanimidade era de que a Espanha iria às urnas sob o signo de uma grande tragédia e que, dessa forma, qualquer previsão sobre o resultado do pleito seria mera especulação.

No dia seguinte, 13 de março, o El Mundo repercutiu declarações do ministro Acebes e do candidato da situação Mariano Rajoy. O primeiro se disse convencido de que as pistas comprovam a participação do ETA, mesmo que o grupo basco negasse tal participação. Na mesma linha, Rajoy argumentou, em entrevista publicada pelo El Mundo, que tinha “convicção moral” para acreditar na tese do ETA:

Hay algunos datos que, en mi fuero interno, me hacen pensar que se trata de ETA. Y es que, además de que me lo dicen, yo tengo la convicción moral de que es así. Porque ETA ya ha intentado asesinar y sus militantes han sido detenidos hace apenas 10 días con más de 500 kilos de explosivos cuando se dirigían a Madrid. El día de Nochebuena también intentaron una masacre en la estación de Chamartín y quisieron sembrar de mochilas bomba el Valle de Arán. En poco tiempo lo han intentado cuatro veces y no lo han conseguido. A la quinta parece que han logrado su objetivo. (El Mundo, 13/03/2004)

A edição é recheada de informações que, em algum momento, sugerem a responsabilidade da Al Qaeda e em outro do ETA. Há uma enorme quantidade de informações contraditórias sobre os mesmos fatos. Fontes policiais (que fontes policiais?, não sabemos) acusam o terrorismo basco. A inteligência europeia (outra vez um termo vago), por sua vez, descarta a participação da Al Qaeda. Aznar argumentou no sentido de que o terrorismo étnico é o mesmo que o terrorismo religioso; ou seja, ele tentava habilmente pôr em lados iguais Al Qaeda e ETA. Surgiam diversas hipóteses e pouca informação concreta. Assim, é possível imaginar a confusão por que passava a população da Espanha naquele momento, logo após um incidente trágico e frente às eleições gerais. Há uma superacumulação de informações desencontradas, o que só poderia resultar em confusão e falta de credibilidade.

De outro lado, o El Mundo destacou as imensas manifestações que haviam ocorrido no país no dia anterior. A mobilização popular é descrita como “reposta” ao pior atentado da história do país. Segundo o jornal, o vice-presidente de governo Rodrigo Rato e o presidente do Partido Popular da Catalunha (PPC), Josep Pique, foram recebidos aos gritos de assassinos

em Barcelona. Casos parecidos foram verificados em outras cidades contra representantes do governo ou do PP. Instalava-se uma espécie de caça às bruxas. As manifestações levaram cerca de um quarto da população espanhola às ruas:

Toda España estaba con Madrid. En cada pueblo, en cada ciudad, hubo gente que ayer salió a la calle para protestar por el cuádruple atentado terrorista y mostrar su solidaridad con los afectados y con sus familias. Compartían el mismo lema -Con las víctimas, con la Constitución y por la derrota del terrorismo- y la misma indignación, envuelta en lazos negros y pancartas que pedían que no hubiera más masacres y que volvían a decir no a ETA. Fueron 11,4 millones de ciudadanos, según la policía, los que se manifestaron contra el terror en todo el país. (El Mundo, 13/03/2004)

No dia 14 de março, o El Mundo destacou as prisões de três marroquinos e dois indianos, o que apontaria para a participação de grupos islâmicos no atentado. Em outra reportagem, o candidato Mariano Rajoy denunciava atos de coação de eleitores, que estariam sendo convocados para fazer manifestações contra sedes do PP em todo o país. Na matéria principal sobre as eleições, o El Mundo descreveu o que seria uma “Embarazosa situación del Gobierno a pocas horas de la votación”:

Los españoles acudirán hoy a votar con las heridas en carne viva, en un clima de dolor y tensión sin precedentes. Y el Gobierno afronta las elecciones generales en una situación política embarazosa por la gestión de la crisis y porque la investigación de la masacre vuelve a colocar sobre la cabeza de José María Aznar su decisión más controvertida: la implicación de España en la Guerra de Irak. Aznar inicia esta noche una amarga retirada de la política. A partir de la media noche Aznar estará en funciones y quien quiera que sea el nuevo presidente deberá afrontar una de las situaciones más difíciles de los últimos años, empezando por unos resultados viciados. (El Mundo, 14/03/2004)

O jornal dizia ainda que os resultados do pleito eram imprevisíveis. A condução da crise pelo governo é descrita como “nefasta” e a reportagem citava ainda a suposta “manipulação” ou “retenção” de informações a cerca dos responsáveis pelo 11 de março. No dia seguinte, a vitória de Zapatero foi vista como um castigo ao PP. O editorial fazia uma interessante análise da virada eleitoral do PSOE:

Aunque la legitimidad de este resultado está especialmente reforzada por el elevado índice de participación, es indiscutible que estamos ante un desenlace muy influido y en cierto modo distorsionado por el impacto emocional de la masacre del 11-M. Nunca sabremos cual habría sido el reparto de escaños si este episodio terrible no se hubiera producido, pero es un hecho objetivo que, con mayor o menor amplitud, todos los sondeos pronosticaban una victoria del PP. Parece, pues, empíricamente demostrable que lo ocurrido ha perjudicado al partido del Gobierno y beneficiado al de la oposición. Es lo contrario de lo que suele ocurrir cuando se produce un gran atentado, pues la reacción instintiva del ciudadano es buscar amparo y protección en la fortaleza del poder, máxime cuando está ocupado por un partido que ha hecho bandera de la lucha antiterrorista. Si en este caso el efecto ha sido el inverso se debe en nuestra opinión a tres razones. (El Mundo, 15/03/2008)

No dia 16 de março, Zapatero dáva mostras de qual será a prioridade ao assumir o governo da Espanha: retirar as tropas espanholas que então participavam da Guerra do Iraque, pondo em marcha uma promessa eleitoral. O primeiro-ministro eleito disse que a guerra foi um erro e que a ocupação do país árabe foi mal conduzida. O PP, por sua vez, através de Mariano Rajoy, não expressou nenhuma autocrítica da atuação do governo em relação à campanha, aos atentados e à participação na Guerra do Iraque: “El Titanic se hundía y la orquesta seguía tocando en la cubierta”, conclui o El Mundo.

### **3.6 RESULTADOS E JULGAMENTOS**

Passada a eleição, a justiça espanhola tratou de investigar o caso. A conclusão saiu no dia 31 de outubro de 2007, com a divulgação da sentença pelo tribunal nacional espanhol. Segundo o tribunal, a culpa pelos atentados recaiu sobre um grupo terrorista de origem islâmica, sem a participação dos bascos do ETA. Os principais integrantes deste grupo islâmico jihadista seriam sete pessoas que se suicidaram após uma investida das forças espanholas no dia 3 de abril de 2004, na cidade de Leganés, nas redondezas de Madri. Na ação, o governo espanhol afirmou ter encontrado 200 detonadores e 10 quilos de dinamite. Os detonadores seriam do mesmo modelo dos utilizados nos atentados na capital espanhola. O tribunal destacou que os sete suicidas, junto com os marroquinos Jamal Zougam e Otman el Gnaoui foram os responsáveis por colocar as bombas nos trens de Madri. Zougam e Gnaoui receberam penas superiores a 40 mil anos de prisão pelas mortes de 191 pessoas e pela tentativa de assassinato das mais de 1.800 que ficaram feridas, embora a pena máxima que possa ser cumprida na Espanha seja de 40 anos. O tribunal condenou ainda outras pessoas de origem árabe por envolvimento com grupos terroristas. O principal suspeito, contudo, Rabei Osman foi inocentado por falta de provas. Outras seis pessoas também foram inocentadas. Assim, o julgamento terminou sem apontar quem teria sido o mentor do atentado nem qual a razão para o ataque, o que frustrou boa parte da população espanhola.

O editorial do El Pais saudou a sentença:

La sentencia de la Audiencia Nacional sobre el 11-M no ha podido ser más clara y contundente: de conspiración nada, de ETA ni rastro. Uno a uno, desmonta todos los infundios lanzados durante más de tres años, en un feroz desafío a las instituciones democráticas y al funcionamiento del sistema constitucional. También responde a la necesidad de reparación del daño infligido a las víctimas y significa una victoria del Estado de derecho frente al terrorismo,



en una época en que abundan las respuestas desproporcionadas y peligrosas para las libertades. (El País, 01/11/2007)

O El Mundo, por sua vez, ressaltou que os “cérebros” do atentado foram absolvidos. Em reportagem publicada no dia 1º de novembro, o jornal narrou a decepção dos familiares das vítimas:

Algunas víctimas no podían creérselo. Una inmensa decepción se palpaba en sus rostros, en las miradas perdidas, en los ojos repletos de lágrimas. "Se han reído de mi hijo muerto", lloró una madre desgarrada. Otra mujer que también perdió a su vástago en los trenes salió con rabia y corrió espantada: "¿Qué mierda de Justicia es ésta?" Salieron de la sala descompuestos, con caras de desolación y lágrimas desconsoladas. Unas se miraban entre ellas con incredulidad; otras, no articulaban palabra y algunas no pudieron evitar derrumbarse por completo. (El Mundo, 01/11/2007)

Apesar dos resultados das investigações oficiais não apontarem a participação do ETA no 11 de março, muitos acreditam nessa possibilidade. É o caso dos jornalistas Javier Oyarzábal e Jesús Moreno Pinillos, na obra 11 de Marzo – Pacto de Silencio (2007). Eles argumentam que o grupo basco colaborou com os terroristas islâmicos nos atentados de Madri. A tese é baseada principalmente na análise da dinâmica dos explosivos e das relações antecedentes entre os dois grupos.

## **4. ANÁLISE**

### **4.1 DIFERENÇAS**

Antes de começarmos a apontar as similaridades que justificam este trabalho após os relatos dos capítulos 2 e 3, é preciso ressaltar alguns pontos importantes. O movimento das diretas já e as mobilizações populares na Espanha pós-11 de março são dois eventos muito distintos em vários aspectos. Primeiramente, os dois ocorrem em períodos históricos diversos. No caso brasileiro, o país atravessava mais de duas décadas de ditadura e de sufocamento das liberdades civis, os quais tinham tirado da população a possibilidade não apenas de participar e manifestar opiniões contrárias ao regime, mas a possibilidade de interferir diretamente nos processos decisórios. O povo estava alijado de qualquer aproximação ao poder. Como vemos nos depoimentos de Boris Fausto e Tosi Rodrigues e nas reportagens de Folha de São Paulo e Zero Hora citados no capítulo 2, a busca pela eleição direta rapidamente canalizou as angústias e os anseios da população por um novo país. Nesse cenário, a democracia era o ponto fundamental a partir da qual nasceriam as soluções para as outras questões. A causa das diretas encampou os mais diversos setores da sociedade porque a conjugação dos esforços parecia ser a resposta para os problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pelo Brasil no início dos anos 1980.

Na Espanha, o panorama era bem diferente, além das diferenças históricas evidentes entre as duas nações. Em 2004, o país já se estabelecia como uma das democracias mais consolidadas do mundo, com eleições periódicas e um sistema de governo estável. Os traumas da ditadura franquista estavam bem resolvidos, ou pelo menos a maioria deles. A Espanha não era somente uma democracia bem estabelecida, mas começava a dar sinais de recuperação econômica e pujança industrial. Não havia sinais dos graves problemas econômicos e financeiros que afetavam o Brasil no fim do período ditatorial, como as altas taxas de inflação e o recuo do crescimento industrial.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao parâmetro temporal que envolve os dois casos. No Brasil, o início do movimento das diretas se dá em novembro de 1983 e o auge em abril de 1984. Se considerarmos, como vimos na análise dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora, que a participação popular no movimento começa a ganhar força a partir de janeiro de 1984, são, portanto, quatro meses de campanha. Na Espanha, por sua vez, o período que compreende os atentados até a eleição geral corresponde a apenas quatro dias, entre 11 de

março e 14 de março. É possível dizer que as hipóteses de agendamento/contra-agendamento e espiral do silêncio funcionariam em tão curto período de tempo? Supomos que sim, mas voltaremos a este ponto mais tarde.

Também merece ser mencionado o fato de que na Espanha trata-se de um legítimo processo eleitoral que sofre uma espécie de intervenção (o atentado) quatro dias antes do pleito, a qual, mais tarde, se mostrará decisiva para os resultados da eleição. No Brasil, ao contrário, não há processo eleitoral propriamente dito (uma vez que é justamente isso que busca a campanha das diretas). Isso significa que na Espanha a população teve a possibilidade de intervir diretamente no processo através do voto, e não apenas das pressões da opinião pública. Em outras palavras, desde o início, o governo Aznar teve de lidar com a questão eleitoral, tornando-se mais suscetível a essas pressões, fato que nunca ocorreu no caso brasileiro, uma vez que a decisão estava nas mãos dos congressistas (mesmo que estes estivessem extremamente pressionados pela opinião pública). O poder do voto é sempre maior. Ainda assim, se nos detivermos mais atentamente ao caso brasileiro, perceberemos que, como no caso espanhol, temos uma disputa entre dois campos buscando o poder: governo x oposição, no qual ambos os lados são obrigados a ceder em determinado ponto.

Feitas as ressalvas, o que de fato pode ser analisado como similar nos dois processos analisados neste trabalho? Em ambos os casos, a comoção popular se tornou tão grande que foi incapaz de ser ignorada, tornando-se influente, *de alguma forma*, nas decisões das autoridades políticas e da cúpula governamental. Vejamos primeiramente o caso espanhol.

## **4.2 O CASO ESPANHOL**

A eleição geral de 2004 na Espanha sofreu uma reviravolta importante com os atentados de 11 de março. Embora não sejam os únicos motivos para a vitória da oposição, as explosões em Madri criaram um novo componente no processo eleitoral a menos de quatro dias do pleito. As discussões sobre a autoria do ataque monopolizaram as discussões nos dias que se seguiram. Sendo um atentado do ETA, o governo sairia fortalecido. Caso contrário, a oposição teria algum tipo de vantagem. Percebendo o que estava em jogo, o governo Aznar saiu em deliberada tentativa de legitimar a tese do ETA. O próprio primeiro-ministro telefonou para a redação do jornal El País ainda no dia 11 de março para garantir a responsabilidade do grupo basco, como já mencionamos no capítulo 3. O diário espanhol não

foi, contudo, o único a sofrer pressões. Esse foi o caso também da agência de notícias EFE, principal fonte de informações para os países de língua espanhola e a quarta do mundo em volume de notícias. Fundada em 1939 na Espanha, a EFE é uma sociedade anônima cuja maior acionista é justamente o Estado espanhol.

O Comitê de Empregados da Agência EFE divulgou um comunicado na terça-feira (16/03/2004), denunciando que nos três dias que se seguiram do atentado às eleições o noticiário da agência foi submetido a uma censura rigorosa. Os textos foram manipulados com o intuito de atender os interesses eleitorais do Partido Popular. Diz a nota que EFE sabia, desde a mesma manhã dos ataques, que se havia um celular configurado em árabe numa bolsa-mochila que não explodiu; e havia sido encontrada uma camioneta com detonadores e uma fita cassete em árabe na estação de onde os trens partiram; e que entre os mortos estaria o cadáver de um dos terroristas. Os jornalistas da agência informaram que foram proibidos de divulgar depoimentos e comentários de integrantes de qualquer dos partidos de oposição. Outra proibição, emitida pelo diretor da EFE Miguel Platón, foi a de divulgar qualquer notícia que não fosse proveniente das fontes oficiais (MATTOS, 2004).

Vale destacar que o comunicado dos funcionários da EFE foi publicado no dia 16 de março; ou seja, dois dias depois do pleito, quando os resultados da eleição já estavam sacramentados. Não podemos especular se a agência de notícias teria divulgado este comunicado em caso de vitória do candidato do PP.

A tentativa deliberada do governo espanhol de manipular as informações foi apontada tanto pelo *El País* quanto pelo *El Mundo* como um dos fatores para a derrota de Mariano Rajoy, o candidato de Aznar, no pleito. As seguidas declarações à imprensa de membros do governo, principalmente o ministro do Interior Angel Acebes, acusando o ETA, quando as primeiras evidências pareciam indicar a participação da Al Qaeda, parecem ter fortalecido ainda mais a sensação, por parte do público, de que algo estava errado. O resultado da eleição, com vitória do opositor Zapatero, parece indicar que o eleitor espanhol entendeu essa dinâmica, tratando de reprová-la nas urnas. Contrariando a agenda do governo, a população não apenas elegeu o candidato da oposição, como aumentou substancialmente sua participação no pleito (ver sub-capítulo 3.1).

Essa rejeição popular à tentativa de agendamento do governo se deu, possivelmente, com a formação de uma esfera pública à parte dos meios de comunicação de massa. De forma independente, autônoma e espontânea, a população espanhola criou um espaço público de debate onde discutiu os acontecimentos que estavam sacudindo o país. Essa esfera pública se formou justamente nas manifestações populares do dia 12 de março e só poderia dar-se à parte

da grande mídia, uma vez que esta estava pressionada e, de certa forma, comprometida com as teses do governo.

Além disso, é possível levantar a hipótese de que esta discussão pública não se deu apenas no ambiente clássico de mobilizações populares, isto é, a praça e o passeio públicos, mas também através das novas tecnologias de informação, como blogs, chats, emails, mensagens de texto, telefones celulares, entre outros. Estas ferramentas de discussão não são filtradas como a grande mídia, e a veiculação de informação é bem mais livre e fluida. Desta maneira, cria-se uma esfera pública virtual, de valor e velocidade de troca de informações ainda inestimáveis, a qual ajudou a população a disseminar suas ideias e a tentar entender o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo, a internet também permitiu que o público espanhol entrasse em contato com sites, jornais e revistas de fora do país, os quais apresentavam uma leitura do fato mais independente e autônoma dos que seus correspondentes espanhóis. O recurso do email, por exemplo, permite que pessoas dos mais variados cantos de um país se comuniquem de maneira dinâmica e sem filtros ou interferência de qualquer ordem (pelo menos, *a priori*). Na internet, isso tudo se dá em questão de horas, em velocidade muito grande se comparada a outros meios de comunicação. O sociólogo Manuel Castells argumenta nesse sentido em entrevista concedido à revista Istoé<sup>11</sup> em junho de 2004:

Já na manhã de sábado [13 de março de 2004], grupos de jovens, espontaneamente, se conectaram pela internet e começaram a difundir mensagens eletrônicas por seus celulares sobre o atentado. Esse tráfego na internet e nas mensagens de celulares de jovens com menos de 30 anos aumentou em 30% no sábado e em 40% no domingo. E, com essa rede, começou ser criada uma consciência pública, que dava novas informações, rechaçava a versão governamental e ainda convocava manifestações. Havia nessas eleições dois milhões de novos eleitores. Portanto, jovens que geralmente votam em partidos alternativos. Mas, dessa vez, foram eles que disseram ao governo: “mentirosos, mentirosos! Nós o tiraremos.” O principal foi a negação à mentira e à manipulação dos meios de comunicação. Esse movimento permitiu que uma eleição que estava empatada virasse totalmente para uma vitória inesperada dos socialistas.

A comoção dos espanhóis (não apenas em Madri, mas em todo o país – e nesse ponto, é preciso lembrar que a Espanha enfrenta historicamente problemas com regionalismos, que tendem a dividir o país cultural e politicamente) e as marchas que varreram a Espanha no dia seguinte aos atentados também são um importante ingrediente na formação dessa esfera pública e de um contra-agendamento do público em direção ao governo. Embora não se possa

---

<sup>11</sup> Reportagem e entrevista da jornalista Kátia Mello, publicada na edição número 1808 da revista Istoé, de 02 de junho de 2004

comprovar que isso tenha realmente acontecido, é possível suspeitar que durante essas marchas a população espanhola saiu às ruas também para deliberar sobre as atitudes do governo e talvez até mesmo sobre a eleição do dia 14. Era uma forma de tentar entender o que estava acontecendo, de se ver na coletividade e buscar apoio em um momento difícil. Quem é o principal protagonista das manifestações? Quem chama a atenção das reportagens do El País e do El Mundo? A multidão anônima, a massa na rua.

Convocadas pelo governo Aznar, as marchas se revelariam um “tiro pela culatra” para o Partido Popular. Ao contrário do que se poderia supor, a presença maciça da população espanhola nas ruas não era um sinal de apoio ao governo em um momento de crise nacional, uma espécie de clima de opinião que calaria os críticos. Pelo contrário. Os evidentes protestos contra as autoridades (chamadas de “assassinas” em várias oportunidades e diferentes lugares) eram um sinal de o que o governo menos tinha era a simpatia popular. Uriarte (2004) argumenta que a participação nas marchas é, na verdade, resultado do medo que a população espanhola cultiva para com o terrorismo (seja basco, seja internacional). A pesquisadora argumenta que a principal razão da mobilização nas principais cidades espanholas não parecia ser lamentar a perda de vidas humanas ou condenar os terroristas, mas criticar o governo espanhol, como se tivesse sido o próprio governo a deixar as bombas nos trens de Madri. Marchas contra atos terroristas são comuns na Espanha, uma nação marcada pelo medo, e Uriarte faz uma comparação importante entre esses momentos e o pós-11 de março:

En la historia de la lucha democrática contra el terrorismo etarra no se conocen aún escándalos protagonizados por las víctimas contra los responsables del Estado por no haber sido capaces de garantizar sua seguridad o por no clarificar inmediatamente la identidad de los autores. Y, sin embargo, el 11-M provocó, en efecto, una movilización ciudadana para denunciar la incapacidad del Gobierno para clarificar la autoría de los atentados en menos de venticuatro horas. (2004, p.30)

Uriarte faz uma crítica contundente à opinião pública espanhola e à esquerda de uma forma geral, condenando o que ela caracteriza como condescendência com os terroristas, a qual seria fruto dos próprios parâmetros democráticos impostos como sagrados na atualidade – a pesquisadora faz, inclusive, uma crítica ao multiculturalismo que soa um tanto quanto peculiar nos dias atuais. Para Uriarte, apesar do histórico da luta contra o terrorismo no país, a Espanha ainda não está preparada para enfrentar este problema. A ânsia para encontrar os responsáveis e para colocar a culpa no governo são sinais, segundo ela, do medo que a

sociedade moderna carrega. É o poder derivado deste medo, o poder de condicionar as decisões políticas e a opinião pública que conduz o terrorismo:

La capacidad de someter a los individuos a través del terror es una extraordinária fuente de poder de cuya atracción el terrorista difícilmente escapa una vez que ha comenzado a amenazar y asesinar. Nos encontramos en este punto con otro campo de análisis fascinante, pero no explorado hasta ahora, sobre el tipo de transición que el terrorista hace una vida social en la que no tiene poder a otra en la que su poder puede llegar a ser determinante. El terrorista se coloca en la cima del mundo y llega un momento en el que el impulso fanático de las ideas se confunde o se funde con el deseo de mantener el enorme poder logrado. (URIARTE, 2004, p. 104)

Uriarte tem razão ao destacar o medo como principal motivador das marchas. As mobilizações, porém, não foram apenas uma tentativa de responsabilizar o governo de Aznar. Estava em jogo também a tentativa de manipular as informações sobre os atentados. Foi isso, em última análise, que levou a derrocada de Aznar e seu candidato Mariano Rajoy. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos do pós-11 de setembro, por exemplo, em que o governo de George W. Bush saiu-se imensamente fortalecido pelo sentimento de medo da população norte-americana com os ataques a Nova York e Washington; na Espanha, a população não se refugiou na ideia de que o fortalecimento da autoridade governamental poderia “salvar” o país. A população parece entender que rejeitar e repudiar os atentados *não* significa, como consequência natural, apoiar o partido governista. Não há um consenso ao redor da máquina estatal como o instrumento capaz de gerar segurança nacional sem contestações. Pelo contrário: a população participa ativamente das manifestações (organizadas pelas forças governistas) e rejeita o governo nas urnas, condenando não apenas a participação da Espanha na Guerra do Iraque (que teria vinculação com os atentados em Madri), mas a tentativa de manipulação da opinião pública.

É na rua, durante as marchas, que a esfera pública espanhola deixa de ser virtual para transformar-se em um espaço concreto de debate e discussão entre os membros do público. De maneira autônoma e silenciosa, a população dá início a um movimento de formação de uma opinião de alguma forma consensual que rejeita o governo e desembocará na derrota do PP nas eleições: uma espécie de *espiral do silêncio ao contrário*. O aumento da participação dos espanhóis no pleito (subiu de 68,71% em 2000 para 75,66% em 2004) é um indício de que uma parte da população, que talvez sequer participasse das eleições, já que o voto é facultativo, se sentiu compelida a votar contra o governo. Foram cerca de três milhões de

novos eleitores, e a diferença entre os votos obtidos pelo PSOE e pelo PP foi de cerca de 1,3 milhões a mais para os socialistas.

Assim, supomos que o que ocorreu na Espanha entre os dias 11 e 14 de março de 2004 foi uma reconfiguração da esfera pública “pré-burguesa”, conforme os estudos de Habermas vistos no capítulo 1 deste trabalho. Os salões franceses e os *pubs* ingleses dão lugar a uma esfera pública virtual que se dá através de chats, blogs, fóruns de discussão, troca de emails e outros recursos eletrônicos e que depois se expande para o âmbito da rua e da praça (isto é, espaços públicos por definição) durante as marchas aos atentados. A tentativa do governo espanhol de manipular as informações a respeito dos atentados com objetivos de ganhos eleitorais cai por terra. A agenda governamental não consegue impor o seu discurso para o público porque esta estabelece uma agenda própria de discussão, à parte e independente da grande mídia, a qual estava pressionada pelas fontes oficiais. Cria-se um contra-agendamento, que não se dá por *advocacy* ou *lobby*, mas por um movimento forte e autônomo da sociedade, capaz de legitimar determinada reivindicação. Isso é perceptível pela análise das declarações dos representantes do governo Aznar, que, nos primeiros momentos, apontam com total segurança para o ETA como responsável pelo ataque, mas, aos poucos, são obrigados a admitir outras linhas de investigação, mudando inclusive o tom dos seus discursos. O triunfo final se dá na eleição de 14 de março, com aumento significativo do percentual de votantes (ou seja, diminuição das abstenções em relação ao pleito anterior, de 2000) e a vitória inesperada da oposição liderada por Zapatero. A agenda do governo, de manipular as informações sobre o atentado como fator de vantagem eleitoral, é sobrepujada pela agenda do público, que condena as ações do governo e permite uma reviravolta eleitoral, elegendo o candidato opositor.

### **4.3 O CASO BRASILEIRO**

O caso brasileiro difere do espanhol principalmente pela questão temporal. O movimento pelas diretas é lançado oficialmente em novembro de 1983 por um grupo de lideranças do PT e do PMDB. A primeira manifestação ocorreu em 27 de novembro, em São Paulo, com cerca de 15 mil pessoas. Os líderes do movimento logo percebem que a proposta pela eleição presidencial direta só sensibilizaria o regime militar se contasse com maciço apoio popular. Assim, a esquerda brasileira sai em duas frentes de trabalho, como bem argumenta Tosi Rodrigues (2003). De um lado, tenta fortalecer a Emenda Dante de Oliveira



junto aos congressistas brasileiros. De outro, convoca a população a participar das manifestações públicas. O objetivo é legitimar a reivindicação pelas diretas como um desejo da nação, mais do que um desejo de certos grupos políticos. Essa estratégia só começa a dar certo em janeiro de 1984, quando a população brasileira passa de fato a participar mais ativamente da mobilização. A campanha parece engrenar de uma hora para outra e aumenta de forma vertiginosa e consistente até o dia 16 de abril, data do último comício em São Paulo.

Dois pontos merecem ser destacados. O primeiro é o nome do movimento. Quando é oficialmente lançado, em novembro de 1983, a campanha é chamada pela imprensa como “pró-diretas” ou “pelas diretas”. Não existe o nome “diretas já” porque essa reivindicação (da eleição direta imediatamente) não existia ainda. O nome passa a aparecer em meados de fevereiro e é uma resposta à mudança de comportamento do regime. De início, o governo militar trata de ignorar as manifestações, ainda pequenas. Alguns membros do governo chegam a debochar das oposições, desconsiderando totalmente a possibilidade de o movimento crescer e se tornar importante, como mais tarde viria a acontecer. Quando, em janeiro, a campanha pela eleição direta passa a ter uma ressonância nacional e os comícios começam a levar milhares e até milhões de pessoas às ruas do país, o governo militar se vê obrigado a incorporar a reivindicação da eleição direta, embora mais tarde e não imediatamente em 1984 ou 1985. A eleição direta está “legitimada”. Esse ponto é fundamental neste trabalho. Os partidários do regime passam a admitir a eleição direta em seus discursos e o presidente Figueiredo começa a flertar com a possibilidade de mandar ao Congresso uma emenda (em resposta à Dante de Oliveira) propondo pleito direto para 1988, 1989 ou 1990. A questão deixa de ser eleição direta ou indireta para ser eleição direta quando? Aí identificamos o contra-agendamento. A mobilização popular impõe sua agenda de forma tão firme que o regime incorpora em seu discurso a questão da eleição direta. O regime vê-se, quase como num piscar de olhos, desarmado, não há o que contra-argumentar. Se não incorporasse a bandeira da eleição direta, a legitimidade do próprio regime poderia ficar abalada. Por si só, esse fato já pode ser descrito como uma vitória para a campanha das diretas, independente do fato de a Emenda Dante de Oliveira não ter sido aprovada pelo Congresso e a eleição direta ficar postergada para 1989.

[...] a caudalosa campanha das Diretas-Já obteve sucesso, porque influenciou profundamente os rumos políticos do país. Fez renascer a voz da sociedade civil, uniu as oposições sob uma só bandeira, promoveu a maior mobilização popular da história, fraturou a base parlamentar do governo e gerou ampla energia política, que vai ser canalizada para a candidatura

oposicionista. A eleição de Tancredo Neves vai simbolizar os sonhos Diretas-Já, via Colégio Eleitoral. (COUTO, 1998, p. 340)

Outro ponto a ser destacado é a importância histórica do movimento das diretas e a ampliação da participação popular na política institucional que este produziu nos anos 1980. A campanha mobilizou o Brasil de forma poucas vezes vista na história do país, levando o debate político para o bojo da sociedade brasileira. Além disso, incorporou novos atores, como os novos movimentos sindicalistas e religiosos, e reuniu as esquerdas brasileiras ao redor de uma bandeira de certa forma homogênea. A questão das diretas virou unanimidade (inclusive entre os eleitores do PDS) e tema quase que absoluto no noticiário brasileiro por cerca de quatro meses, entre janeiro e abril, como podemos ver pela análise dos jornais Folha de São Paulo e Zero Hora. As diretas dominam totalmente as capas do diário paulista. Não se trata, contudo, apenas da pauta jornalística. Podemos especular que a discussão sobre este tema torna-se corriqueira, talvez até dominando os assuntos em locais populares, como bares e botecos (ainda mais simples). Nesta mesma levada, as diretas viram tema do Carnaval carioca em 1984. É como se a maior festa popular do Brasil abraçasse a política para embalar os sonhos da população. Tosi Rodrigues ressalta a festividade e o caráter cívico do movimento ao comentar o comício de 16 de abril de 1984, em São Paulo:

Muito mais do que um simples comício, é impossível não evocar a imagem da “festa cívica”. Mais uma vez, a manifestação ampliava o escopo da política para além do âmbito institucional, não apenas porque engajava novos atores, mas também porque contaminava o lugar da política com a folia da festa popular. (2003, p. 83)

Em outras palavras, o que vemos no Brasil de 1984 é uma reconfiguração da esfera pública, como já verificamos no caso espanhol. A política rompe a barreira das formalidades institucionais e se apresenta como tema da discussão civil mais banal, quase como a novela, o futebol e o carnaval, de certa forma, os temas nacionais do Brasil. Ela se mistura com as discussões corriqueiras. Mais do que isso: ela é discussão corriqueira, está na “boca do povo”. Como já mencionamos anteriormente, na conjuntura social e econômica do início dos anos 1980, a luta pelas diretas incorpora o sonho de um novo país depois de 20 anos de ditadura e repressão. Ela possibilita também o nascimento de um novo brasileiro, mais cidadão, mais ativo politicamente. E as pessoas que participam das manifestações também querem ver-se desta maneira, querem formar “a multidão”. Ocorre aí um sentimento de pertencimento e de orgulho nacional poucas vezes visto na história do Brasil.

Por todos esses motivos, a campanha pelas diretas mudou o rumo da abertura política brasileira no fim da ditadura militar. Além de unificar as oposições e fazer ressurgir a voz popular, o movimento representava um rompimento radical com a abertura lenta e gradual (ou seja, limitada e pactuada) proposta pelos militares (Silva, 2003). Mesmo derrotada no Congresso, a mobilização pelas diretas inaugura um novo momento da política brasileira: moderniza as relações políticas, rompe com o velho clientelismo e reafirma a capacidade de organização principalmente das classes médias urbanas, novamente no centro da política nacional do país. Além disso, estabelece um precedente, uma memória coletiva da capacidade de organização e mobilização do povo como ente protagonista da ação política. É possível destacar, por exemplo, que os anos seguintes à campanha foram de intensa atividade política. Essa atividade se deu de forma bastante diversa: a comoção com a morte de Tancredo Neves, a participação das classes médias na defesa no episódio do congelamento de preços durante o Plano Cruzado, o surgimento e o fortalecimento de novas experiências políticas tal qual o Orçamento Participativo e a mobilização estudantil pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor em 1992 (embora neste último caso outros fatores, que não cabem aqui serem citados, também tenham influência). Assim, a multidão se estabelece na via pública:

Não é mais possível enfrentar os grandes temas da agenda nacional a partir da relação populista – isto é, a formação de clientelas como contrapartida da implementação irresponsável de políticas sociais –, pela qual as massas eram chamadas a engajar-se, antes do golpe militar. Mesmo sendo necessário recordar que camadas significativas da sociedade permanecem vulneráveis ao clientelismo, é inegável que as classes médias urbanas e os setores populares organizados, nos meios urbanos e rurais, estão hoje em condições de participar ativamente da constituição da pauta pública, do processo eleitoral e do processo decisório em geral, em condições muito mais favoráveis do que na experiência democrática anterior a 1964. E que forçaram também uma modernização significativa de parte das elites políticas do país. A Campanha das Diretas foi o primeiro momento em que essa nova sociedade civil brasileira apresentou-se diretamente à grande política nacional. E foi a primeira vez em que pôde enxergar-se a si própria como sociedade plural e participativa. (TOSI RODRIGUES, 2003, p.104)

Alguns podem argumentar que a derrota da Dante de Oliveira simboliza a derrota das diretas. A capacidade de mobilização, contudo, já é, por si só, fator fundamental para a história política do Brasil. Essa é a vitória das diretas, independente do resultado concreto da emenda no Congresso.

Assim, temos, no caso brasileiro, um contra-agendamento da opinião pública em relação ao governo e outro agendamento, mais específico, da opinião pública em relação ao principal conglomerado de comunicação do país. A Rede Globo é obrigada a mudar sua pauta

em meio ao processo, incorporando outras pautas, no caso, a reivindicação das diretas. Isso só acontece quando a reivindicação se torna impossível de ser ignorada, quando a comoção popular é monstruosa. Deixar a campanha de lado seria perder um aliado fundamental da imprensa: o público e, mais do que isso, a audiência. A emissora não poderia remar contra a maré de forma tão cristalina. Percebendo isso, e incapaz de impor sua própria agenda, a direção da Globo muda de posicionamento. Apesar da incorporação da agenda das diretas, a imagem da emissora sai visivelmente desgastada após o episódio.

Nesses dois agendamentos, o que vemos é um processo de fortalecimento de determinada visão em uma espécie de espiral, não de silêncio, mas de voz, que, com o passar do tempo, incorpora cada vez mais atores da sociedade e culmina no comício de 16 de abril de 1984, em São Paulo, com cerca de 1,5 milhões de pessoas. É o auge da campanha, da espiral e de todo o processo de contra-agendamento. A votação da emenda, contudo, só seria realizada em 25 de abril. São nove dias decisivos para os rumos da campanha, e, nesses dias, talvez por incompetência das oposições, talvez pela grandiosidade da campanha (que se torna praticamente autônoma e incontrolável, confundindo as percepções dos envolvidos) a mobilização simplesmente perde *momentum*. Sem conseguir o número necessário de congressistas a favor da proposta, a emenda não consegue lidar com a institucionalidade e é derrotada em plenário. Na seqüência, as oposições ainda tentam arregimentar novas mobilizações, mas o resultado são apenas algumas pífias manifestações. A derrota afasta as lideranças ligadas à campanha e faz ressurgir com força o grupo de conciliadores, cujo líder mais cintilante é Tancredo. O golpe é duro também para o público: a resposta é a frustração. A campanha perde mobilização de forma ainda mais veloz do que a fortaleceu. A queda é vertiginosa.

#### **4.5 CONTRA-AGENDAMENTO**

Como analisamos anteriormente, argumentamos nesta dissertação de mestrado que ocorre um contra-agendamento nos casos do Brasil em 1984 e da Espanha em 2004. No Brasil, esse contra-agendamento se verifica na capacidade do público em legitimar a reivindicação das diretas, fazendo com que o regime mude sua estratégia, incorporando a reivindicação da eleição direta, que, embora não aprovada imediatamente no Congresso, será estabelecida mais tarde, em 1989. Na Espanha, o contra-agendamento ocorre na medida em que os espanhóis rejeitam a tentativa de manipulação de informações por parte do governo e

derrotam o candidato situacionista nas eleições de março de 2004. Esses dois processos se dão em movimentos crescentes no tempo, em uma espécie de espiral do silêncio ao contrário. Nos dois casos, verificamos que o protagonismo fica por conta da multidão. Não há lideranças salientes em nenhum dos dois movimentos, mas a presença firme da massa na rua. É esse elemento (a multidão) que une primeiramente os dois casos.

Tanto no Brasil quanto na Espanha, o contra-agendamento está associado a uma reconfiguração da esfera pública. A política volta a ser tema dos debates corriqueiros, ela está novamente no centro da vida pública e dos entes públicos, não apenas institucionalizada nas instâncias do poder *de jure*. A participação popular rompe com as tendências anteriores: no Brasil, com a tentativa de abertura lenta e gradual proposta pelo regime militar; na Espanha, com as pesquisas de opinião que indicam vitória do PP nas eleições gerais e com a tentativa de manipulação das informações pelo governo Aznar. Esse rompimento marca um novo momento de consolidação da democracia nos dois casos, ainda que no brasileiro a eleição direta fique adiada para 1989. Além disso, os dois casos constroem uma memória coletiva para as sociedades brasileira e espanhola na medida em que se estabelecem no imaginário como um momento político positivo e transformador.

É interessante perceber que no caso brasileiro o contra-agendamento só se dá a partir de meados de janeiro de 1984, quando a intensa mobilização dos partidos de esquerda e de certos setores da imprensa, como o jornal Folha de São Paulo, aqui analisado, já era uma realidade pelo menos desde novembro de 1983. No Brasil, o contra-agendamento se dá por força da mobilização popular, que toma as rédeas da campanha de uma forma que surpreende até mesmo as oposições. É um movimento quase espontâneo de movimento popular, que cresce no tempo, contrariando as expectativas iniciais e forçando as elites a uma nova interpretação da realidade. Tal realidade deverá incluir a reivindicação popular de alguma forma. Algo semelhante também acontece no caso espanhol.

## CONCLUSÃO

Após a pesquisa e a análise desenvolvidas nos capítulos anteriores, é possível fazer algumas considerações finais sobre este trabalho. Em primeiro lugar, é preciso salientar a comoção popular que provocaram o movimento das diretas já no Brasil e os eventos pós-11 de março na Espanha. Em que pese as já citadas diferenças históricas e políticas entre ambos, é essa comoção que une os dois casos e que motivou este trabalho. Observando a cobertura das imprensas brasileira e espanhola na época dos acontecimentos (através dos jornais Folha de São Paulo, Zero Hora, El País e El Mundo), podemos concluir que as mobilizações populares acabaram pressionando, pelo menos de alguma forma, os governos a mudar seus discursos e suas práticas, em um processo que identificamos como contra-agendamento. Não se pretende aqui supervalorizar o público e ignorar a força que mídia e governo têm, principalmente quando estão juntos. Trata-se, na verdade, de uma tentativa apenas de não subestimar o poder do público como agente influente dentro do jogo político. Dessa forma, o objetivo deste trabalho não é fazer uma defesa apaixonada da força do público, mas identificar momentos em que esse ator importante desempenha um papel ativo e qualificado na construção da realidade.

O exame feito neste trabalho abre possibilidades para que se perceba que uma visão mecanicista das hipóteses de agendamento e espiral do silêncio não é verificada em todos os casos. Pelo contrário, a pressão popular também pode influenciar na pauta de discussões da mídia e do governo; isto é, agendar e contra-agendar. É bom que se diga, contudo, que esse tipo de fenômeno só parece ocorrer em casos raros e extremos e com massivo apoio popular. Tanto na Espanha quanto no Brasil, a opinião pública só conseguiu influenciar na agenda da mídia e das elites quando sua voz tornou-se impossível de ser ignorada tal a mobilização popular nas ruas nos dois países. No caso brasileiro, em particular, vale ressaltar que a mídia e as oposições já estavam mobilizadas desde novembro de 1983, mas o tema das diretas já só passa a ser enfrentado e, de certo modo, temido pelo governo em meados de janeiro e mais fortemente a partir de fevereiro de 1984, quando a mobilização popular de fato se intensifica nas ruas do Brasil, ganhando proporções gigantescas até o ápice da campanha em meados de abril. Antes disso, o regime estava em posição tão confortável que se dava ao luxo de ignorar a reivindicação, o que se tornaria impossível nos meses entre fevereiro e abril de 1984 até que a própria eleição direta passa a ser incorporada no discurso do governo, inclusive na voz do presidente Figueiredo.

Nos dois casos, argumentamos que o processo de contra-agendamento se dá através de uma reconfiguração da esfera pública, com uma postura mais ativa das populações brasileira e espanhola. A política volta ao cenário como tema das discussões do cotidiano. É possível argumentar que isso pode sinalizar a sobrevivência de um pensamento questionador que se opõe ao discurso despolitizante e globalizante da atualidade, ainda que de forma efêmera e em casos especiais.

Embora se acredite que este trabalho tenha levantado importantes questões a respeito do assunto e dos próprios rumos das pesquisas em Comunicação Social e Ciência Política, a pesquisa encerra-se com a nítida noção de que muitas perguntas ainda ficaram sem respostas e merecem ser repensadas futuramente. Seria interessante, por exemplo, tentar entender quais são as percepções das atuais gerações sobre os dois acontecimentos. De concreto, vale dizer que faltam ainda muitos estudos a respeito desses eventos. No caso brasileiro, a campanha das diretas já, assim como outros movimentos populares já organizados no país, não recebe a devida atenção dos meios acadêmicos, sendo, inclusive, um pouco subestimada por muitos pesquisadores. No caso espanhol, esse panorama ainda pode mudar, visto que o evento é muito recente. Não se pode ignorar a possibilidade de que a opinião pública possa ter peso decisivo em determinados casos, mesmo que apenas sob condições muito especiais e dentro de uma conjunção de fatores. Também é preciso ressaltar que estudos sobre agendamento e contra-agendamento ainda carecem de parâmetros metodológicos satisfatórios que possam organizar de forma coerente e unitária as pesquisas sobre o tema, principalmente no que diz respeito às novas tecnologias de informação.

Vale lembrar ainda que, na atualidade, ao contrário do que acontecia no início dos anos 1980, o acesso à informação, principalmente através da internet, é muito mais disseminado. Este ponto é fundamental para futuros trabalhos. Ferramentas como blogs, salas de bate-papo, sites de relacionamento, entre outros, possibilitam que a informação circule de uma forma fluida e *quase* sem filtros. Isso dá ao público uma possibilidade de manobra e influência que não existia quando da campanha das diretas já. No caso espanhol, essa realidade tem ligação direta com o resultado inesperado nas eleições gerais do país. O acesso que os espanhóis tiveram à mídia internacional, que não sofreu as pressões governamentais que a mídia espanhola sofreu, foi fundamental para que a população entendesse o que estava ocorrendo, ou pelo menos tivesse uma visão própria dos acontecimentos. A compreensão dos

efeitos das novas tecnologias de informação sobre a esfera pública de modo geral e sobre o jogo político apresenta-se como desconhecida e misteriosa para os estudos de Ciência Política e Jornalismo. É imperioso que os estudos destas áreas detenham-se sobre esse assunto nos próximos anos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). Teoria da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CALETTI, Sergio. Siete Tesis sobre comunicación y política. Diálogos de la Comunicación, nº 63, dezembro de 2001.

COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DUPAS, Gilberto. Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FANTINATTI, Márcia; MOURA, Patrícia Rodrigues de. A cobertura dada pela Rede Globo ao movimento Diretas já: o que as atuais gerações sabem a respeito?. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1540-1.pdf> Acesso em 4 de março de 2009

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWN, Eric. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: \_\_\_\_\_; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTOS, Flávio de. Mídia Espanhola e as mentiras de Estado. Observatório de Imprensa. Disponível em <HTTP://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=269TER001> Acesso em: 04 de março de 2009.

MARTINS, Luiz. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: BENETTI, Márcia; e LAGO, Cláudia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

MCCOMBS, Maxwell E; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: Análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. La Espiral del Silencio – Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

OYARZÁBAL, Javier; PINILLOS, Jesús Moreno. 11 de Marzo – Pacto de Silencio. Madrid: Actas, 2007.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transições pela Transação: a democratização no Brasil e na Espanha. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, volume 29, número 2, 1986;

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, John B. O Escândalo Político. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOSI RODRIGUES, Alberto. Diretas Já – O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TRAQUINA, Nelson (Org.) O Poder do Jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. O Estudo do Jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

URIARTE, Edurne. Terrorismo y Democracia tras el 11-M. Madrid: Espasa, 2004.

WEAVER, David H.; MCCOMBS, Maxwell E.; SPELLMAN, Charles. O Caso Watergate e os media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) O Poder do Jornalismo: análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1995.